RENATA ROCHA VILLELA

**PARTIDOS POLÍTICOS E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: O USO
ESTRATÉGICO DAS AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Livre-Docente José Levi Mello do Amaral Júnior

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2019

RENATA ROCHA VILLELA

**PARTIDOS POLÍTICOS E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: O USO
ESTRATÉGICO DAS AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Professor Livre-Docente José Levi Mello do Amaral Júnior.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo

2019

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Villela, Renata Rocha.

Partidos Políticos e Controle de Constitucionalidade: o uso estratégico das ações de controle abstrato / Renata Rocha Villela; orientador José Levi Mello do Amaral Júnior – São Paulo, 2019.

249 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Partidos Políticos. 2. Controle de Constitucionalidade. 3. Legitimidade Ativa. 4. Comportamento Estratégico. 5. Judicialização. 6. Oposição. I Amaral Júnior, José Levi Mello do, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma Tese de Doutorado é tarefa tão árdua quanto recompensadora. Exige do pesquisador dedicação e renúncias, o faz confrontar suas limitações de conhecimento e tempo, mas também promove um inigualável crescimento pessoal e intelectual.

Por me permitir vivenciar essa experiência desafiadora e engrandecedora, agradeço ao meu orientador, Professor José Levi Mello do Amaral Júnior, que me abriu as portas da pós-graduação em 2011 e amparou, com dedicação e atenção, minha caminhada até aqui.

Agradeço aos meus pais, Milton e Célia, e à minha irmã, Daniela, pelo apoio, amor e compreensão, por sempre torcerem pelo meu sucesso e me ampararem nos meus fracassos. Vocês são minha vida!

Agradeço ao meu querido Bruno, pelo amor, paciência e compreensão ao longo dos últimos sete anos, mas em especial no último ano de elaboração deste trabalho, que tanto tempo e dedicação me exigiu. Obrigada pela companhia silenciosa nos finais de semana e feriados que passamos em casa para que eu pudesse me dedicar aos estudos e por ouvir sempre com atenção meus devaneios sobre Direito Constitucional e política. Seu apoio e amor foram fundamentais nesse percurso.

Agradeço, ainda, à minha equipe do escritório Tojal Renault Advogados, pelo apoio e compreensão e, em especial, ao Leonardo Bissoli, pela amizade, discussões e troca de materiais que tanto contribuíram para a elaboração desta tese.

Deixo, também, meu agradecimento ao professor e colega, Daniel Falcão, que me auxiliou na definição do tema; ao Fabrício Mendes, pela ajuda na coleta dos discursos; à Elisa Andrade, pela revisão gramatical; e aos advogados entrevistados, que cederam um pouco de seu tempo para compartilhar comigo seus conhecimentos e experiências.

Por fim, agradeço aos amigos que me acompanharam ao longo dessa caminhada, me deram suporte e proporcionaram ânimo e alegrias. Em especial, à Anna Carolina Venturini, amiga sempre presente e companheira.

RESUMO

VILLELA, Renata Rocha. **Partidos Políticos e Controle de Constitucionalidade: o uso estratégico das ações de controle abstrato**. 249 folhas. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O ponto de partida do presente trabalho foi a constatação de que os partidos políticos figuram entre os principais proponentes de ações de controle abstrato de constitucionalidade no Brasil. A partir daí, buscou-se compreender os objetivos almejados pelas siglas proponentes e as consequências decorrentes da prática narrada. Para tanto, iniciou-se com a análise das características das ações de controle abstrato que as permitem ser meios estratégicos de atuação política, como o efeito *erga omnes* e vinculante e a possibilidade de obtenção de liminares. Em seguida, tratou-se dos instrumentos à disposição dos partidos para atuação nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e explorou-se as justificativas fornecidas pela literatura para a ampla judicialização por eles promovida. De modo a agregar dados empíricos à pesquisa, fez-se o estudo de 210 ações propostas contra leis federais entre 1995 e 2017 e dos discursos proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados pelos parlamentares integrantes dos partidos proponentes de ações diretas de inconstitucionalidade, bem como realizou-se entrevistas com advogados signatários das ações. Com base na pesquisa e nos dados coletados, foi proposta uma nova classificação dos objetivos almejados pelos partidos com as ações de controle, quais sejam, realização de oposição, defesa dos interesses da classe política, arbitramento de conflitos, defesa dos direitos fundamentais e das minorias, intermediação de interesses privados e instrumento de negociação. A conclusão a que se chegou é que, em alguns casos, há partidos que parecem propor ações principalmente como estratégia para atingimento de interesses próprios ou de terceiros. A prática pode ser considerada negativa por adicionar pontos de estrangulamento à implementação de políticas voltadas a alterar o *status quo*, e por promover o deslocamento da oposição para a esfera do Judiciário e o desprestígio dos Poderes Políticos. Por essas razões, propôs-se a revisão da legitimação dos partidos com a introdução de critérios condicionantes do seu exercício.

Palavras-chave: Partidos Políticos. Controle de Constitucionalidade. Legitimidade Ativa. Comportamento Estratégico. Judicialização. Oposição.

ABSTRACT

VILLELA, Renata Rocha. **Political Parties and Judicial Review: strategic use of abstract control actions**. 249 pages. Thesis (PhD). Faculty of Law of the University of São Paulo, São Paulo, 2019.

The starting point of this study was the finding that political parties are amongst the main filers of actions for abstract constitutionality review in Brazil. Based on this, the study sought to understand the objectives desired by the filing parties and the consequences resulting from such practice. For such purpose, an analysis was initially carried out, assessing the characteristics of abstract control actions that allow them to be strategic means of political activity, such as the *erga omnes* and binding effects and the possibility of being granted injunctions. After that, the instruments made available to the political parties for operation in the Legislative, Executive and Judiciary Branches were addressed, and the justifications provided by the literature for the broad judicialization promoted by them were explored. In order to add empirical data to the research, an assessment was made on 210 selected actions, filed against the federal laws between the years 1995 and 2017, and on the speeches delivered at the Full Session of the House of Deputies by those parliamentarians integrating the parties that brought Direct Unconstitutionality Actions, and interviews were conducted with the attorneys that filed the actions. Based on research and collected data, a new classification of the objectives sought by the parties through review actions - i.e., defense of the interests of the political class, settlement of conflicts, defense of fundamental rights and minority rights, intermediation of private interests and instrument of negotiation - was proposed. The conclusion reached is that, in some cases, there are parties that seems to file actions mainly as a strategy to achieve either their own or third-party interests. The practice can be considered negative as it creates bottlenecks against the promotion of policies aimed at changing the *status quo*, causes the displacement of the opposition to the sphere of the Judiciary Branch as well as the loss of face of Political Powers. For the above reasons, a review of the standing of political parties was proposed to introduce conditioning criteria for its exercise.

Keywords: Political Parties. Judicial Review. Standing. Strategic Behavior. Judicialization. Opposition.

RESUMÉ

VILLELA, Renata Rocha. **Partis Politiques et Contrôle de Constitutionnalité: l'utilisation stratégique des actions de contrôle abstrait**. 249 pages. Thèse (Doctorat). Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2019.

Le point de départ de ce travail a été la constatation que les partis politiques figurent parmi les principaux auteurs d'actions de contrôle abstrait de constitutionnalité au Brésil. Depuis lors, on a cherché à comprendre les objectifs poursuivis par les sigles de ces auteurs de propositions et les conséquences découlant de la pratique. Pour ce faire, on a débuté en analysant les caractéristiques des actions qui les permettent d'être des moyens stratégiques d'intervention politique comme l'effet *erga omnes*, contraignant, et la possibilité d'obtention de mesures conservatoires. Ensuite, on a abordé les outils à la disposition des partis pour une intervention aux Pouvoirs Législatif, Exécutif et Judiciaire et on a exploité les justifications fournies par la littérature pour la large judicialisation promue par ceux-là. De manière à rassembler des données empiriques à la recherche, on a réalisé une étude de 210 actions, proposées à l'encontre de lois fédérales entre 1995 et 2017, et des discours prononcés en séance plénière de la Chambre des Députés par les parlementaires intégrant les partis auteurs d'Actions Directes d'Inconstitutionnalité, et on a également réalisé des interviews avec des avocats signataires des actions. Sur la base de la recherche et des données collectées, il a été proposé un nouveau classement des objectifs poursuivis par les partis avec les actions de contrôle, à savoir: réalisation d'opposition, défense des intérêts de la classe politique, arbitrage de conflits, défense des droits fondamentaux et des minorités, intermédiation d'intérêts privés et instrument de négociation. La conclusion à laquelle nous sommes parvenus est que, dans certains cas, il y a des parties qui proposent des saisines notamment comme étant une stratégie pour atteindre leurs propres intérêts ou ceux de tiers. La pratique peut être considérée comme négative en raison d'avoir ajouté de points d'étranglement de politiques tournées vers le changement du *status quo*, d'avoir promu le déplacement de l'opposition vers la sphère du Judiciaire et la perte du prestige des Pouvoirs Politiques. Pour ces motifs, il a été proposé de réviser la légitimation active des partis pour introduire des critères conditionnants à leur exercice.

Mots-clés: Partis Politiques. Contrôle de Constitutionnalité. Droit de Saisine. Comportement Stratégique. Judicialisation. Opposition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
 1. CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL: NORMAS APLICÁVEIS, CARACTERÍSTICAS E LEGITIMAÇÃO.....	 6
1.1 EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO: RUMO À “OBJETIVAÇÃO”?	6
1.2. AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE: CARACTERÍSTICAS E EFEITOS.....	18
1.2.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade	18
1.2.2. Ação Declaratória de Constitucionalidade	28
1.2.3. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	31
1.2.4. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	35
1.3. A LEGITIMAÇÃO ATIVA CONFERIDA AOS PARTIDOS POLÍTICOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	38
1.4. ATRIBUTOS DO SISTEMA DE CONTROLE ABSTRATO BRASILEIRO QUE PERMITEM O USO ESTRATÉGICO DAS AÇÕES	41
1.5. CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	45
 2. ATUAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA ESFERA DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO: FERRAMENTAS E TÁTICAS...47	 47
2.1. OS PARTIDOS PERANTE OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	47
2.1.1. Os partidos políticos no governo: a formação das coalizões partidárias	47
2.1.2. Os partidos políticos na oposição: obstrução e contestação no âmbito da Câmara dos Deputados	54
2.1.3. Os <i>veto players</i> e os <i>veto points</i> no processo legislativo e decisório brasileiro	63

2.2. OS PARTIDOS PERANTE O PODER JUDICIÁRIO: OBJETIVOS E INCENTIVOS À PROPOSITURA DAS AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO	67
2.2.1. Condicionantes históricas e institucionais do fenômeno da “judicialização da política”	67
2.2.2. Usos das ações de controle por partidos políticos sob o viés da literatura jurídico-política.....	73
2.2.2.1. Judicialização como instrumento de oposição	73
2.2.2.2. Judicialização para a arbitragem de interesses em conflito	76
2.2.2.3. Judicialização como instrumento de governo	81
2.2.2.4. Judicialização como forma de angariar status político	82
2.3. CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	84
 3. AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE PROPOSTAS PELOS PARTIDOS BRASILEIROS ENTRE 1995 E 2017	87
3.1. ESCOPO DA PESQUISA E METODOLOGIA.....	87
3.2. PRIMEIRA ETAPA: ANÁLISE DAS PRINCIPAIS PEÇAS DOS PROCESSOS DE CONTROLE ABSTRATO DA CONSTITUCIONALIDADE.....	91
3.3. SEGUNDA ETAPA: ANÁLISE DOS DISCURSOS PROFERIDOS PELOS DEPUTADOS FEDERAIS NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	105
3.4. TERCEIRA ETAPA: ENTREVISTAS COM OS ADVOGADOS SUBSCRITORES DAS AÇÕES SELECIONADAS.....	109
3.5. NOVA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE SEGUNDO SEUS USOS	115
3.5.1. Instrumento de oposição	116
3.5.2. Defesa dos interesses da classe política.....	118
3.5.3. Arbitramento de conflitos	120
3.5.4. Defesa dos direitos fundamentais e das minorias	122
3.5.5. Intermediação de interesses privados	123

3.5.6. Instrumento de negociação	124
3.6. CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	125
 4. JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA PELOS PARTIDOS BRASILEIROS: CONSEQUÊNCIAS, ALTERNATIVAS E PROPOSTAS	 127
4.1. CONSEQUÊNCIAS E PROBLEMAS GERADOS PELA JUDICIALIZAÇÃO	127
4.1.1. Expansão da oposição para além da esfera do Parlamento	127
4.1.2. Inaptidão do Supremo Tribunal Federal para arbitrar os conflitos políticos....	133
4.1.3. A natureza objetiva do processo de controle abstrato de normas e sua incompatibilidade com a defesa de interesses privados	138
4.2. AVALIANDO AS ALTERNATIVAS: A ATIVAÇÃO DAS CORTES CONSTITUCIONAIS NO DIREITO COMPARADO	141
4.2.1. O controle de constitucionalidade na Alemanha	142
4.2.2. O controle de constitucionalidade na Áustria.....	144
4.2.3. O controle abstrato de constitucionalidade em Portugal	146
4.2.4. O controle de constitucionalidade no México	148
4.2.5. O controle de constitucionalidade no Chile.....	152
4.2.6. O controle de constitucionalidade no Peru	154
4.3. REPENSANDO A LEGITIMAÇÃO ATIVA CONFERIDA AOS PARTIDOS: PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA	158
4.3.1. Mantendo a legitimação ativa dos partidos políticos	160
4.3.1.1. Exigência de demonstração da pertinência temática: redução da gama de temas passíveis de judicialização.....	161
4.3.1.2. Previsão de novos requisitos formais.....	164
4.3.1.3. Enrijecimento das condições para a configuração da legitimidade ativa: aumento do número de parlamentares eleitos pelo partido ou exigência de reunião de mais de um partido no polo ativo.....	167

4.3.2. Proibindo a propositura de ações de controle abstrato por partidos políticos: atribuição da legitimação a uma parcela dos membros do Parlamento	170
4.4. CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	173
 CONCLUSÕES	 175
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 179
 ANEXO I - Ações de controle abstrato propostas por partidos políticos contra leis federais entre 1995 e junho de 2017	 191
ANEXO II - Trechos dos discursos proferidos no Plenário da Câmara pelos Deputados dos partidos que propuseram ação direta de inconstitucionalidade contra lei publicada a menos de um mês	221
ANEXO III - Questionário 1 – Advogados internos ou habituais	242
ANEXO IV - Questionário 2 – Advogados signatários de ações esporádicas	244
ANEXO V - Votações para a Câmara dos Deputados (1994 a 2014)	246

INTRODUÇÃO

O rápido aumento do número de ações de controle abstrato de constitucionalidade interpostas por partidos políticos é um fenômeno que não passou despercebido aos juristas e cientistas políticos voltados a avaliar o funcionamento das instituições no Brasil pós-1988. Juntamente com os governadores, as entidades de classe e as confederações sindicais, as legendas partidárias foram responsáveis pela explosão do número de ações levadas à análise do Supremo Tribunal Federal.

Quando se trata de partidos políticos, a compreensão das causas do fenômeno requer que se avalie mais do que os elementos históricos, sociais e institucionais que permitiram a expansão do poder das Cortes Constitucionais nas democracias ocidentais, inclusive no Brasil, ao longo dos séculos XX e XXI, a que se deu o nome de judicialização da política.

Exige-se do analista a avaliação de uma série de elementos, como o contexto da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, as características das ações de controle que permitem sua utilização com fins estratégicos, e as prerrogativas desiguais conferidas aos partidos na esfera dos Poderes políticos (Executivo e Legislativo) e do Poder Judiciário.

A esses temas serão dedicados os dois primeiros capítulos da presente tese. O objetivo é demonstrar que a expansão da legitimidade ativa para propor ações de controle abstrato teve o objetivo de democratizar a jurisdição constitucional e compensar a repressão dos anos anteriores. Esse espírito justificou que não se exigissem requisitos restritivos para que os partidos fossem legitimados, bastando que tivessem um representante eleito no Congresso Nacional para pudessem acessar diretamente o Supremo Tribunal Federal (STF).

A grande novidade inaugurada pela Constituição de 1988 permitiu às siglas manejar ações cujas decisões têm efeito vinculante e *erga omnes* e não são passíveis de recurso. Referidos elementos, conjugados à possibilidade de concessão de medida cautelar, tornam as ações um eficaz instrumento de defesa da supremacia constitucional e de proteção de direitos fundamentais. Ao mesmo tempo, permitem que sejam utilizadas

estrategicamente, por seu potencial para suspender ou invalidar, total ou parcialmente, leis veiculadoras de reformas promovidas pelo grupo político no poder.

A eficácia e o fácil acesso a esse importante instrumento rapidamente incentivaram os partidos de todos os tamanhos e alinhamentos ideológicos, opositores ou governistas, a incorporar as ações de controle, em especial as ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs), ao seu arsenal de táticas políticas.

Também foi determinante a simplicidade do manejo das ações, que não exigem que os partidos se dediquem a longas negociações políticas. Isso explica sua utilização mesmo por partidos que comandem o Poder Executivo e tenham a seu favor a possibilidade de controlar a agenda legislativa, dominar a elaboração e execução do orçamento, legislar por meio de medidas provisórias e negociar apoio com parlamentares mediante a distribuição de cargos e benefícios paroquiais, conhecidos como *pork barrel*. Igualmente, esclarece porque a medida é vantajosa tanto aos partidos com bancadas expressivas no Congresso Nacional, que podem influenciar o processo legislativo por meio das prerrogativas asseguradas aos Líderes, quanto aos partidos de oposição, que dispõem de uma série de requerimentos assegurados regimentalmente para obstruir o processo legislativo e impedir a aprovação de projetos de lei.

Constatados os principais fatores que promoveram o aumento das ações de controle propostas por partidos, o passo seguinte foi analisar seus diferentes usos durante o atual período democrático. Para tanto, foram selecionadas 210 ações, propostas em face de leis federais por legendas partidárias no período de 1995 a 2017, arroladas na tabela presente no Anexo I.

A primeira etapa da pesquisa envolveu a leitura das principais peças dos processos de controle, a fim de avaliar principalmente os temas mais impugnados, a taxa de obtenção de decisões favoráveis, o perfil dos partidos proponentes e a variação de seu comportamento no período pesquisado, conforme estivessem na situação ou na oposição.

A segunda etapa da pesquisa empírica dedicou-se à coleta e análise dos discursos proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados pelos integrantes dos partidos que propuseram ADIs no máximo um ano após a aprovação da lei. O objetivo foi verificar se os parlamentares, quando tiveram oportunidade de se opor ao projeto de lei e arguir sua inconstitucionalidade, se valeram da prerrogativa ou se simplesmente silenciaram,

deixando para atacar a lei na esfera do Judiciário. A tabela organizada com os principais trechos dos discursos coletados pode ser consultada no Anexo II.

A terceira e última etapa envolveu a realização de entrevistas com advogados signatários das ações selecionadas, a fim de compreender, sob o viés prático, os objetivos almejados com a propositura das ações. Os questionários que orientaram as conversas constam nos Anexos III e IV da tese.

Os resultados da pesquisa serão apresentados no terceiro capítulo e embasaram a proposta de classificação das ações, segundo seus diferentes perfis e usos, desenvolvida no mesmo capítulo. O objetivo foi dialogar com a literatura produzida sobre o tema principalmente por cientistas políticos, para, à luz da pesquisa realizada, apresentar uma classificação que tivesse o condão de embasar as propostas *de lege ferenda* voltadas a aprimorar o desenho institucional atualmente em vigor.

A partir de tais dados, tornou-se possível fazer um diagnóstico fundamentado das consequências do intenso uso, pelos partidos políticos brasileiros, de ações de controle abstrato com fins estratégicos. Nessa linha, a primeira parte do quarto capítulo procurará demonstrar que a prática narrada gera resultados negativos, porque promove o deslocamento da oposição para o Judiciário, o qual não prima pelo diálogo nem pela construção de uma solução democrática, tal como o Legislativo. Ademais, estende ao STF a decisão de questões políticas fundamentais, que demanda um esforço que supera a interpretação da Constituição.

Também será defendido nesse capítulo que o STF que não tem condições para absorver demandas de tal natureza e volume e não dispõe do ferramental necessário, especialmente em sede de controle de constitucionalidade, para apresentar soluções aos conflitos que lhe são apresentados pelos partidos políticos. Com isso, não só ocorre a perpetuação dos conflitos, mas também, em certas ocasiões, seu agravamento.

Finalmente, buscar-se-á demonstrar que o uso das ações de controle para a defesa de interesses privados, descolados do múnus público atribuído aos partidos na atual ordem constitucional, contribui para seu desgaste perante a opinião pública, o que gera impactos negativos na percepção da qualidade das instituições representativas e da democracia no país.

Após a constatação dos efeitos negativos da prática, o passo seguinte foi avaliar as medidas que podem ser adotadas para revertê-la. Para orientar a análise, empreendeu-se um estudo do sistema de controle abstrato de constitucionalidade de países europeus que influenciaram o Brasil e de países da América com perfil semelhante ao nosso.

A análise das soluções empregadas em outros países auxiliou a formulação das propostas que seguem na parte final do quarto capítulo, as quais têm em comum o objetivo de equilibrar o uso de ações de controle com fins político-estratégicos.

Arrematando o exposto, a hipótese que se pretende demonstrar neste trabalho é que há incentivos institucionais para que os partidos políticos usem as ações de controle abstrato de forma estratégica, isto é, não voltada à defesa da supremacia da Constituição e dos direitos fundamentais, o que explica sua elevada quantidade. Os impactos produzidos pela prática justificam a propositura de alternativas que visem a inibir o uso de ações de controle pelas siglas brasileiras.

Nesse sentido, entende-se que a relevância do tema proposto decorre de sua proximidade com as principais discussões do constitucionalismo moderno, como a judicialização da política, a relação entre os Poderes, o presidencialismo de coalizão, o desempenho da atividade representativa por partidos políticos e a qualidade da democracia.

Embora os temas narrados sejam objeto de intensa análise na literatura política e jurídica, não se identificou, até o momento, estudos que demonstrassem sua relação com o fenômeno da propositura de ações de controle abstrato por partidos políticos, o que revela o caráter inovador do trabalho.

Ademais, mesmo os estudos que têm por tema a propositura de ações de controle abstrato por partidos voltam-se apenas às ADIs, porquanto mais numerosas, e restringem a coleta de dados ao âmbito do STF. Destarte, ao ampliar o escopo para coletar dados no âmbito da Câmara dos Deputados e abarcar as ações de descumprimento de preceito fundamental, as ações declaratórias de constitucionalidade e as ações de inconstitucionalidade por omissão, a tese que ora se apresenta é mais abrangente.

Vale mencionar que, conquanto igualmente relevantes, não foram analisadas as ações de controle concreto e demais ações judiciais, como ações populares e mandados de segurança, propostas por partidos. Da mesma forma, a seleção das ações que embasaram a

pesquisa empírica não contemplou as que foram propostas em face de leis estaduais, medidas provisórias e outros atos normativos. Optou-se por deixar tais elementos para análise futura, com o objetivo de contemplar apenas as ações de controle abstrato que desafiam leis federais. Como a aprovação destas depende de ato conjunto dos Poderes Executivo e Legislativo, sua invalidação pelo STF impacta de forma mais direta a relação entre os três Poderes.

Essas são as principais linhas do trabalho a seguir apresentado, cujo intuito é contribuir com as discussões no âmbito jurídico nacional a respeito do *design* do sistema de controle de constitucionalidade adotado no Brasil e o papel dos partidos nesse processo.

CONCLUSÕES

Como aduzido na introdução desta tese, seu objetivo foi, fundamentalmente, investigar as causas e consequências de um fenômeno detectado pelos estudiosos das instituições brasileiras: a significativa elevação do número de ações de controle de constitucionalidade propostas por partidos políticos.

Constatou-se inicialmente que, embora o recurso às Cortes pelos mais variados atores seja uma tendência verificada em diversos países ao longo dos séculos XX e XXI, não explica de forma exauriente o comportamento dos partidos. Por essa razão, buscou-se analisar o fenômeno sob outros pontos de vista, focando, em especial, as próprias características das ações de controle, os incentivos à prática advindos do modo de atuação dos partidos no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo e as ferramentas à disposição das siglas nestes ambientes.

Nessa linha, o primeiro capítulo do trabalho analisou as características das quatro principais ações de controle abstrato, quais sejam, a ação direta de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão e a arguição de descumprimento de preceito fundamental. Excluiu-se, propositalmente, a ação direta interventiva, já que seu fim não é a declaração de inconstitucionalidade de um ato estatal, mas sim a solução de uma controvérsia federativa que exija tal medida.

A despeito das especificidades das ações, todas podem ser manejadas por partidos políticos, admitem a concessão de medidas cautelares e comportam decisões irrecorríveis e com efeitos *erga omnes* e vinculante. Em virtude dessas características, são instrumentos eficazes à disposição das siglas, pois por meio delas é possível a suspensão ou invalidação de leis e atos normativos editados pelos Poderes políticos ou outros órgãos da Administração Pública.

Ocorre que, como constatado, nem sempre os partidos propõem ações para a defesa da supremacia da Constituição e dos direitos fundamentais, tampouco almejam a obtenção de decisão favorável aos pedidos cautelar e final.

Para a identificação dos objetivos que igualmente podem ser perseguidos pelos partidos por meio das ações de controle abstrato, realizou-se a revisão da literatura política e jurídica sobre o tema, bem como desenvolveu-se uma pesquisa de base empírica. A partir

dos dados coletados, elaborou-se uma classificação dividida em seis categorias, segundo as quais as ações podem ser (i.) instrumento da oposição; (ii.) instrumento de defesa dos interesses da classe política; (iii.) meio para o arbitramento de conflitos; (iv.) meio para a intermediação de interesses privados; (v.) instrumento de negociação; além do já mencionado (vi.) meio de defesa dos direitos fundamentais e das minorias. Em todos os casos, as ações podem também proporcionar aos partidos mais visibilidade e atenção da mídia, o que as permite ser também um instrumento de divulgação das siglas. Aos primeiros cinco usos deu-se o título de “estratégicos”, porque destoam da função clássica das ações de controle.

Como aduzido, as categorias acima mencionadas são “tipos ideais”, na acepção weberiana, porquanto voltadas aos fins de pesquisa e despidas da pretensão de exaurirem as explicações ao fenômeno analisado. Ademais, a categorização das ações com base nos tipos levou em consideração os objetivos preponderantemente almejados pelos partidos, sem afastar que uma mesma medida pode se voltar ao atingimento de fins variados.

Aspecto relevante destacado sobre o recurso ao Judiciário é que ele não resulta de uma suposta insuficiência dos instrumentos de atuação disponíveis às siglas no âmbito dos Poderes Executivo e Judiciário. Ao contrário, como demonstrado no capítulo 2, no Parlamento os partidos podem se valer, por meio de seus líderes, dos requerimentos assegurados regimentalmente para participar dos debates, atrasar e até mesmo obstar a aprovação de projetos de lei. Já no Executivo, o partido no poder dispõe de prerrogativas que o permitem controlar a agenda do Legislativo, comandar a execução orçamentária e angariar apoio das demais siglas com assento no Congresso Nacional para que votem projetos de lei de seu interesse.

Não se nega que há deficiências no processo decisório do Legislativo que incentivam os partidos a buscar soluções no Judiciário, como por exemplo a dificuldade de diálogo e a formação de consensos em virtude da intensa fragmentação partidária. Com efeito, os números apresentados ao longo da tese demonstraram o crescimento da quantidade real de partidos na Câmara dos Deputados, que atingiu seu ápice nas eleições de 2018, chegando a 30 siglas com assento na Casa.

Contudo, as falhas no processo decisório no âmbito dos Poderes políticos não justificam a “fuga” para o Judiciário, que traz consigo consequências negativas. Dentre estas, destacou-se que a ampliação do volume de casos levados à apreciação do STF, que

congestiona os escaninhos da Corte e a impede de conferir soluções em tempo razoável aos processos a ela submetidos. Ademais, o acúmulo de casos pendentes de julgamento enseja adaptações nem sempre positivas no processo decisório do Supremo, como o sacrifício da colegialidade e o consequente aumento do número de decisões monocráticas, bem como o uso da jurisprudência defensiva, que, ao diminuir o número de processos cujo mérito é analisado, acaba ferindo o princípio do acesso à jurisdição.

Isso evidencia que o Judiciário não é a esfera ideal para o debate político. Embora os órgãos judiciais possam ser mais vocacionados à discussão de princípios, o Parlamento é a esfera, por excelência, do debate entre representantes das diferentes parcelas do povo. O ideal, portanto, é que se proponha alternativas para melhorar os métodos de seleção de parlamentares, aperfeiçoar o processo decisório no Legislativo e limitar os partidos de “fugirem” ao Judiciário.

Nesse sentido, a reforma promovida pela Emenda Constitucional nº 97/2017, que criou uma cláusula de barreira ou de desempenho progressiva baseada na performance eleitoral dos partidos e proibiu as coligações nas eleições proporcionais, afigura-se positiva, pois diminuirá a fragmentação partidária do Congresso Nacional. Com isso, tende-se a facilitar os debates e a formação de consensos entre os membros do legislativo e entre estes e o Presidente da República.

Mesmo no cenário esperado de redução do número de agremiações eleitas, não se vislumbra uma queda substancial do número de ações de controle de constitucionalidade propostas por partidos. Ainda que o diálogo seja facilitado no Parlamento, as ações permanecerão úteis para os oposicionistas obstarem as políticas do governo e angariarem mais atenção e *status*, e para os governistas eliminarem barreiras ao exercício do poder ou buscarem o arbitramento de interesses em conflito.

Destarte, é imprescindível a implementação concomitante de reformas, como as propostas nesta tese, voltadas a restringir a propositura de ações de controle abstrato à defesa dos direitos fundamentais e do hígido processo político decisório, papel por excelência atribuído aos partidos nos governos representativos. Caso assim não seja, permanecerão presentes os incentivos para que as siglas recorram ao Judiciário com fins estratégicos, já que perante este todas as agremiações têm a mesma força, independentemente do número de parlamentares eleitos.

Para tornar factível a implementação de reformas nesse sentido, buscou-se apresentar alternativas com distintos graus de dificuldade de implementação. Dentre as reformas que exigiriam alterações apenas na legislação infraconstitucional, elencou-se **(i.)** a exigência de comprovação de pertinência temática pelos partidos, que só poderiam propor ações de controle abstrato voltadas à defesa dos direitos fundamentais (de primeira, segunda e terceira geração) e à garantia do processo político democrático; **(ii.)** o atendimento a requisitos formais adicionais, como a comprovação dos interesses e direitos cuja defesa justificou a propositura da ação e a apresentação de atas ou documentos produzidos pelos partidos com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão em prol da propositura da ação; **(iii.)** a elevação do número mínimo de parlamentares que cada sigla precisará eleger para adquirir a legitimação para ativar diretamente a jurisdição constitucional, facultando-se a união de mais de um partido para o preenchimento do requisito.

A quarta proposta consistiu na alteração do artigo 103, inciso VIII da Constituição Federal de 1988, a fim de remover os partidos do rol de legitimados e repassar a atribuição a uma parcela dos parlamentares, como ocorre na maior parte dos países pesquisados na seção destinada ao direito comparado.

Como toda reforma que se pretende abrangente, a proposta nesta tese partiu da constatação dos usos conferidos às ações por parte considerável das agremiações brasileiras. Não se nega a existência de diversas ações de fundamental importância propostas por partidos políticos, que permitiram discussões profundas e necessárias no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Tampouco nega-se a relevância do papel exercido pela Corte na garantia da qualidade da democracia, que não se confunde com o governo da maioria, mas sim com o governo voltado à garantia da liberdade e igualdade aos seus cidadãos.

Por essa razão, reputou-se fundamental que as alternativas sugeridas não impeçam os representantes do povo de acessarem o Supremo quando detectarem distorções geradas pelo processo democrático, como o desrespeito às minorias. O objetivo desta tese, destarte, foi contribuir com o equilíbrio entre os Poderes, a qualidade da democracia e o devido exercício da atividade representativa pelos partidos políticos brasileiros, para o que se exige do analista constante atenção, a fim de que seja possível a elaboração de propostas voltadas ao aperfeiçoamento das instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOUD, Georges. *Processo Constitucional Brasileiro*. São Paulo: RT, 2018.

ALVES, José Carlos Moreira. “Poder Judiciário - Força vinculante das decisões do Supremo. Declaração de constitucionalidade. Juizados especiais. Valorização dos recursos processuais” In *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, vol. 18, jan./mar. 1997.

_____. “A Evolução do Controle da Constitucionalidade no Brasil” In TEIXEIRA, Sávio de Figueiredo (coord.). *As garantias do cidadão na justiça*. São Paulo, Saraiva, 1993.

AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. “Controle de Constitucionalidade: Evolução Brasileira determinada pela falta do *stare decisis*” In *Revista dos Tribunais*, vol. 920, jun. 2012.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ARANTES, Rogério Bastos. “Cortes Constitucionais” In AVRITZER, Leonardo *et al* (org.). *Dimensões Políticas da Justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. “Constitutionalism, the expansion of Justice and the Judicialization of Politics in Brazil” In SIEDER, Rachel; SCHJOLDEN, Line; ANGELL, Alan. *The Judicialization of Politics in Latin America*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

_____. *Judiciário e Política no Brasil*. São Paulo: Idesp/Sumaré/Educ, 1997.

ARGUELHES, Diego Werneck. “Poder não é querer – Preferências restritivas e redesenho institucional no Supremo Tribunal Federal pós-democratização” In MENDES, Gilmar Ferreira; GALVÃO, Jorge Octávio Lavocat; MUDROVITSCH, Rodrigo de Bittencourt (orgs.). *Jurisdição Constitucional em 2020*. São Paulo: Saraiva, 2016 (Série IDP: Linha Constitucionalismo Brasileiro).

BARROSO, Luís Roberto. *O Controle de Constitucionalidade no Direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência*. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. “A razão sem voto: o Supremo Tribunal Federal e o governo da maioria” In *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. Brasília, v. 5, Número Especial, 2015.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1998.

BEZERRA, Gabriella Maria Lima. *A Oposição no Presidencialismo Brasileiro: Padrões Institucionais e Práticas Políticas*. Artigo apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013.

_____. *A oposição nos governos FHC e Lula: um balanço da atuação parlamentar da Câmara dos Deputados*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

BITTENCOURT, Lucio. *O controle jurisdicional da constitucionalidade das leis*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1998.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. São Paulo: Malheiros, 2011.

BROUARD, Sylvain; HÖNNIGE, Christoph. “Constitutional courts as veto players: Lessons from the United States, France and Germany” In *European Journal of Political Research*, 2017. Disponível online: <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12192>.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2012.

BUZAID, Alfredo. *Da ação direta de declaração de inconstitucionalidade no direito brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1958.

CAGGIANO, Monica Herman Salem. *Oposição na Política*. São Paulo: Angelotti, 1995.

CANOTILHO, J. J. Gomes et al. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2014.

_____. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2003.

CAPPELETTI, Mauro. *O Controle Judicial de Constitucionalidade das Leis no Direito Comparado*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1984.

COUTO, Cláudio G.; ABRUCIO, Fernando. “O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições” In *Tempo social*, 2003, vol. 15, n. 2.

_____.; ARANTES, Rogério Bastos. “Constituição, Governo e Democracia no Brasil” In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, n. 6, junho/2006.

CRUZ, Geraldo Eto. “Contribuciones del Tribunal Constitucional al fortalecimiento de la democracia en el Perú: Una mirada panorámica a 30 años de su existencia” In CRUZ, Geraldo Eto (coord.). *Treinta años de Jurisdicción Constitucional en El Perú*. Lima: Centro de Estudios Constitucionales, 2014. Disponível online: <https://www.tc.gob.pe/cecs/publicaciones/>.

DA ROS, Luciano. “Tribunais como árbitros ou como instrumentos de oposição: uma tipologia a partir dos estudos recentes sobre judicialização da política com aplicação ao caso brasileiro contemporâneo” In *Direito, Estado e Sociedade*, n. 31, jul./dez. 2007.

DAHL, Robert. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. “Decision-making in a democracy: the Supreme Court as a national policy-maker” In *Journal of Public Law*, n. 6, 1957.

DALLARI, Dalmo de Abreu. “O Poder Judiciário e a filosofia jurídica da nova Constituição” In *O Poder Judiciário e a Nova Constituição*. São Paulo: Lex, 1990

DOTAN, Yoav; HOFNUNG, Menachem. “Legal Defeats – Political Wins: Why do Elected Representatives go to Court?” In *Comparative Political Studies*, vol. 38, nº 1, fev./2005.

DUVERGER, Maurice. *Los Partidos Politicos*. México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

EMERIQUE, Lilian Márcia Balmant. “Democracia e o direito de oposição política” In *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, ano 14, out/dez 2006

FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck; RECONDO, Felipe (orgs.). *Onze Supremos: o Supremo em 2016*. Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito: Supra: Jota: FGV Rio, 2017.

FALCÃO, Joaquim; HARTMANN, Ivar A.; CHAVES, Vitor P.. *III Relatório Supremo em Números: o Supremo e o tempo*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2014. Disponível online: <http://www.fgv.br/supremoemnumeros/publicacoes.html>.

FAVOREU, Louis. *As Cortes Constitucionais*. Tradução de Dunia Marinho Silva. São Paulo: Landy Editora, 2004.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. “O Valor do Ato Inconstitucional em face do Direito Positivo Brasileiro” In *Revista de Direito Administrativo*, nº 230, Rio de Janeiro, out./dez. 2002.

_____. Poder Judiciário na Constituição de 1988: Judicialização da política e politização da justiça” In *Revista de Direito Administrativo*, n. 198, Rio de Janeiro, out./dez. 1994.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

GINSBURG, Tom. *Judicial Review in New Democracies – Constitutional Courts in Asian Cases*. Cambridge University Press, 2003.

GODOY, Miguel Gualano de. “O Supremo e o tabelamento do frete: é possível conciliação em ADIn?” In *JOTA*, 31 jul. 2018. Disponível online: <https://www.jota.info/stf/o-supremo-e-o-tabelamento-do-frete-e-possivel-conciliacao-em-adin-31072018>.

HESSE, Konrad. *Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha*. Tradução de Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1998.

HIROI, Taeko; RENNÓ, Lucio. “Obstrução e Processo Decisório na Câmara dos Deputados: 1991 a 2010” In *Texto para Discussão – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*. Brasília, 2014. Disponível online: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=22097.

HIRSCHL, Ran. “The Judicialization of Politics” In *Oxford Handbooks Online*, set. 2013. Disponível online:

<http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199604456.001.0001/oxfordhb-9780199604456-e-013>.

HOLZINGER, Gerhart. “Nature et fonction de la justice constitutionnelle autrichienne” In *Nouveaux Cahiers du Conseil Constitutionnel*, n° 36, jun./2012. Disponível online:

<https://www.conseil-constitutionnel.fr/nouveaux-cahiers-du-conseil-constitutionnel/la-cour-constitutionnelle-autrichienne>.

HORBACH, Carlos Bastide. “Processo Constitucional e Democracia: Exemplos Ibero-Americanos” In *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, vol. 57, out./dez. 2006.

KAPISZEWSKI, Diana. “Power Broker, Policy Maker, or Rights Protector? The Brazilian Supremo Tribunal Federal in Transition” In HELMKE, Gretchen; RÍOS FIGUEROA, Julio (eds.). *Courts in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

KELSEN, Hans. *Jurisdição Constitucional*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KEY JR., Valdimer Orlando. *Politics, Parties and Pressure Groups*. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1964.

LAURENTIIS, Lucas Catib de. “Supremo e o enigma do amianto” In *Jota Info*, 18 set de 2017. Disponível online: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/supremo-e-o-enigma-do-amianto-18092017>.

LEAL, Roger Stiefelmann. *O Efeito Vinculante na Jurisdição Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2006.

LIMA, Barbara Scavone Bellem de. *Participação Democrática no Controle de Constitucionalidade Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. “Poder de Agenda e Políticas Substantivas” In INÁCIO, Lucio Rennó (coord.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

LOEWENSTEIN, Karl. *Teoría de la Constitución*. Barcelona: Ariel, 1970.

LYNCH, Christian Edward Cyril. “O Poder Moderador na Constituição de 1824 e no anteprojeto Borges de Medeiros de 1933: Um estudo de direito comparado” In *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 47, n. 188, out./dez. 2010.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. *Os artigos federalistas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, n. X,

MAIR, Peter. “Os Partidos Políticos e a Democracia” In *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), Lisboa, 2003.

_____; KATZ, Richard S. “Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party” In *Party Politics*, vol. 1, nº 1, 1995.

MAUÉS, Antonio G. Moreira; LEITÃO, Anelice F. Belém. “Dimensões da Judicialização da política no Brasil: as ADIns dos partidos políticos” In *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 41, n. 163 jul./set. 2004.

MEDINA, Damares. *Amigo da Corte ou Amigo da Parte? - Amicus Curiae no Supremo Tribunal Federal*. Dissertação de Mestrado. Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Brasília, 2008. Disponível online:
<http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/81>.

MENDES, Conrado Hübner. *Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Jurisdição Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2017.

MENDES, Gilmar Ferreira; VALE, André Rufino do. “Questões atuais sobre as medidas cautelares no controle abstrato de constitucionalidade” In *Observatório da Jurisdição Constitucional*, Ano 5, 2011/2012. Disponível online:
<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/observatorio/article/view/661/454>.

MESQUITA, José Ignácio Botelho de. “O Desmantelamento do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade” In *Revista do Advogado*, ano XXII, nº 67, ago./2002.

MEXICO. Secretaría General de Servicios Parlamentarios. *Medios de Control Constitucional*. Disponível online: www.senado.gob.mx/64/pdfs/documentos_apoyo/64-65/LXIV/Medios_de_Control_Constitucional.pdf.

MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. Tomo VI. Coimbra, Coimbra Editora, 2008.

MORAIS, Carlos Blanco de. “As sentenças com efeitos aditivos” In *As sentenças intermédias da justiça constitucional*. Lisboa: AAFDL, 2009.

NOVAIS, Jorge Reis. *Direitos Fundamentais: Trunfos Contra a Maioria*. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. “Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: a Conexão Eleitoral no Brasil” In *Revista Dados*, Rio de Janeiro, vol. 46, n.4, 2003.

_____. “Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro” In *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, 2002. Disponível online: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000200004&lng=pt&nrm=iso.

PINO, Gonzalo García; VÁSQUEZ, Pablo Contreras. “Verbete: Control de Constitucionalidad” In *Diccionario constitucional chileno*. Cuadernos del Tribunal Constitucional, n. 55, año 2014. Disponível online: <https://www.tribunalconstitucional.cl/estudios/documentos/textos-publicados>.

POWER, Timothy J. “O presidencialismo de coalizão na visão dos parlamentares brasileiros” In POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar (orgs.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

RABELO-SANTOS, Lourimar. *Oposição e obstrução na Câmara dos Deputados*. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), 2009.

RAILE, Eric D.; PEREIRA, Carlos; POWER, Timothy J. “The Executive Toolbox: Building Legislative Support in a Multiparty Presidential Regime” In *Political Research Quarterly*, vol. 64, nº 2, jun./2011. Disponível online: <https://cepesp.fgv.br/pt-br/node/282>.

RAMOS, Elival da Silva. *Ativismo Judicial: parâmetros dogmáticos*. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *Controle de Constitucionalidade no Brasil: perspectivas de evolução*. São Paulo: Saraiva, 2010.

RAMOS, Leany; RICCI, Paolo. “Individualismo e Partidarismo na Lógica Parlamentar: o antes e o depois das eleições” In POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar (orgs.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

RAWLS, John. *O Liberalismo Político*. São Paulo: Ática, 2000.

REIS, Daniel Gustavo Falcão Pimentel dos. *O Ativismo Judicial no Brasil: o caso da verticalização*. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

RESENDE, Fabrício Contato Lopes. *Diálogo Institucional entre os Poderes Legislativo e Judiciário por meio do controle de constitucionalidade dos atos normativos do Congresso Nacional pelo STF no período de 1988-2013*. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RIOS-FIGUEROA, Julio; TAYLOR, Matthew M. “Institutional Determinants of the Judicialisation of Policy in Brazil and Mexico” In *Journal of Latin American Studies*, vol. 38, nº 4.

SADEK, Maria Tereza; ARANTES, Rogério Bastos. “A Crise do Judiciário na Visão dos Juízes” In *Revista USP*, n. 21. Disponível online: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i21p34-45>.

SANTOLINI, Thierry. *Les parties dans le procès constitutionnel*. Bruxelles: Bruylant, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARQUES, Maria Manoel Leitão; PEDROSO, João. “Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas” In *Centro de Estudos Sociais*, nº 65, Coimbra, nov./1995.

SANTOS, Fabiano. “Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira” In *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. Disponível online: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300007&lng=en&nrm=iso>.

SANTOS, Samuel Moura. *Maiorias, minorias e oposição: participação legislativa no presidencialismo de coalizão brasileiro*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

SARTORI, Giovanni. *Homo Videns: La sociedad teledirigida*. Buenos Aires: Taurus, 1998.

_____. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, Mariana Faraco Siqueira. *A Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto como técnica decisória autônoma da justiça constitucional brasileira*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

SILVA, Virgílio Afonso. “O STF e o controle de constitucionalidade: deliberação, diálogo e razão pública” In *Revista de Direito Administrativo*, n. 250, 2009.

SIMÃO, Calil. *Elementos do sistema de controle de constitucionalidade*. São Paulo: Saraiva, 2015.

STRECK, Lenio Luiz. *Jurisdição constitucional e decisão jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

SUNDFELD, Carlos Ari *et. al.* *Controle de constitucionalidade e judicialização: o STF frente à sociedade e aos Poderes*. Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

SUSTEIN, Cass. *One case at a time: judicial minimalism on the Supreme Court*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

TAVARES, André Ramos; ROTHENBURG, Walter Claudios (orgs.). *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental: Análises à Luz da Lei nº 9.882/99*. São Paulo: Atlas, 2001

TAYLOR, Matthew M. *Judging Policy: Courts and Policy Reform in Democratic Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2008.

_____. DA ROS, Luciano. “Os partidos dentro e fora do poder: a judicialização como resultado contingente da estratégia política” In *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 51, nº 4, 2008.

TSEBELIS, George. *Veto players: How political institutions work*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

_____. “Processo Decisório em Sistemas Políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo” In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 34, São Paulo, jun./1997.

TOFFOLI, José Antonio Dias. “Poder Moderador no Brasil: os Militares e o Supremo Tribunal Federal” In COÊLHO, Marcos Vinícius Furtado (coord.). *A Constituição entre o Direito e a Política: o futuro das instituições: estudos em homenagem à José Afonso da Silva*. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2018.

VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo Baumann; SALLES, Paula Martins. “Dezessete anos de judicialização da política” In *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 2, nov./2007.

VEIGA, Luciana Fernandes. “Os partidos políticos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002” In *Opinião Pública*. Campinas, vol. 13, nº 2, nov./2007.

VIEIRA, Oscar Vilhena. *Supremo Tribunal Federal – Jurisprudência Política*. São Paulo: Malheiros, 2002.

VOJVODIC, Adriana de Moraes; MACHADO, Ana Mara França; CARDOSO, Evorah Lusci Costa. “Escrevendo um romance, primeiro capítulo: precedentes e processo decisório no

STF” in *Revista de Direito GV* [online], São Paulo, v. 5, n. 1, jan./jun. 2009, Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322009000100002.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Recurso especial, Recurso Extraordinário e Ação Rescisória*. São Paulo: RT, 2008.

WOLF, Felipe. *O comportamento dos deputados na Câmara Federal: uma abordagem de redes sociais*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ZAVASCKI, Teoria. *Eficácia das Sentenças na Jurisdição Constitucional*. São Paulo: RT, 2001.

ANEXO I

Ações de controle abstrato propostas por partidos políticos contra leis federais entre 1995 e junho de 2017

Legenda: ADIs propostas em até um mês após a publicação da lei objurgada

Ações Diretas de Inconstitucionalidade				
Número	Requerente	Data da propositura	Objeto	Tema
5708	Partido Popular Socialista (PPS)	23/05/2017	Lei nº 11343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas	Direitos Fundamentais
5687	Partido Comunista do Brasil (PC do B) Partido dos Trabalhadores (PT)	05/04/2017	Lei nº 13429, de 31 de março de 2017 - Altera dispositivos da Lei nº 6019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras e disposições sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.	Trabalho e seguridade social
5685	Rede Sustentabilidade	03/04/2017	Lei nº 13429, de 31 de março de 2017, exclusivamente o art. 4ºA, "caput", in fine, em conjunto com o art. 9º, § 3º, ambos da Lei nº 6019, de 1974, com as alterações promovidas pela Lei nº 13429, de 2017.	Trabalho e seguridade social
5668	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	13/03/2017	Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional De Educação	Direitos Fundamentais
5627	Partido Socialista Brasileiro (PSB)	24/11/2016	Lei nº 13254, de 13 de janeiro de 2016 - Regime Especial e Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados	Conflito Federativo

			incorretamente, remetidos, mantidos o exterior ou repatriados por residentes ou domiciliado	
5621	Partido da República (PR)	09/11/2016	Lei nº 9478, de 06 de agosto de 1997: Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.	Conflito Federativo
5619	Partido Social Democrático (PSD)	31/10/2016	Lei nº 13165, de 29 de setembro de 2015, Altera as Leis nºs 9504, de 30 de setembro de 1997, 9096, de 19 de setembro de 1995, e 4737, de 15 de julho de 1965 -Código Eleitoral	Eleitoral e Organização Partidária
5586	Solidariedade	06/09/2016	Artigo 11 da Lei Federal nº 13254, de 13 de janeiro de 2016 - Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País	Tributário
5577	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)	19/08/2016	A expressão "superior a nove Deputados" no art. 46, "caput" da Lei Federal nº 9504, de 30 de setembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 13165, de 29 de setembro de 2015	Eleitoral e organização partidária
5567	Partido Social Liberal (PSL)	29/07/2016	§§ 1º, 6º e 7º do art. 2º; e § 14 do art. 4º da Lei Federal nº 12850, de 02 de agosto de 2013 – Define organização criminosa	Penal e Segurança Pública
5538	Partido Verde (PV)	31/05/2016	Inciso IV, do art. 6º e seu inciso III, invalidando as expressões "Capitais" e "contingentes populacionais", da Lei Federal nº 10826, de 22 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências	Penal e Segurança Pública
5532	Solidariedade Comissão Provisória Estadual do Solidariedade em Pernambuco	23/05/2016	Art. 11 da Lei nº 9424, de 24 de dezembro de 1996; art. 25, "caput" da Lei nº 11494, de 20 de junho de 2007 e por arrastamento os artigos 9º, "caput" e §§ 1º e 2º, e 10, "caput" e	Conflito federativo

			§§ 1º e 2º, da Instrução Normativa nº 60 de 4 de novembro de 2009 do Tribunal de Contas da União – TCU	
5527	Partido da República (PR)	16/05/2016	Dispositivos: Art. 10, § 2º, e art. 12, incisos III e IV, da Lei Federal nº 12965, de 23 de abril de 2014 - Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil	Civil e Comercial
5526	Partido Progressista (PP) Partido Social Cristão (PSC) Solidariedade	16/05/2016	Artigos do Código de Processo Penal sobre prisão preventiva e medida cautelar	Penal/Eleitoral
5502	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	19/04/2016	Art. 4º da Lei nº 13.183, de 04 de novembro de 2015, que altera as Leis nº 8212/1991, nº 12618, de 30 de abril de 2012, nº 10.779/2003 e nº 10.820/2003	Trabalho e seguridade social
5496	Partido Popular Socialista (PPS)	08/04/2016	Art. 1º, § 1º; art. 2º, I; art. 4º, § 12, I e art. 6º da Lei Federal nº 13254, de 13 de janeiro de 2016 - Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária	Tributário
5494	Partido da República (PR)	06/04/2016	Expressão "autoridade" integrante da parte inicial do inciso II do art. 31 da Lei nº 9096, de 19 de setembro de 1995	Eleitoral e organização partidária
5491	Solidariedade	04/04/2016	Art. 47, parágrafo 2º, incisos I (primeira parte) e II, da Lei Federal nº 9504 de 30 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 2º da Lei nº 13165, de 29 de setembro de 2015	Eleitoral e organização partidária
5487	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) Partido Verde (PV)	17/03/2016	Art. 46, "caput" e § 5º e § 2º do art. 47 da Lei Federal nº 9504/1997, com a redação que lhes deu a Lei nº 13.165/2015.	Eleitoral e organização partidária
5450	Partido Humanista da Solidariedade (PHS)	13/01/2016	Artigo 5º, incisos II, IV e V, parágrafo único; art. 19, inciso III, artigo 24; artigo 25; artigo 26; artigo 27; artigo 38 e artigo 40 da	Direito Público

	Sindicato Nacional das Associações de Futebol Profissional e suas Entidades Estaduais de Administração e Ligas		Lei nº 13155, de 04 de agosto de 2015 - Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol	
5435	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	11/12/2015	Art. 142, da Lei Federal nº 13097 de 19 de janeiro de 2015, que alterou a Lei Federal nº 8080, de 19 de setembro de 1990 (lei do SUS)	Direitos Fundamentais
5423	Partido Humanista da Solidariedade (PHS) Partido Republicano Progressista (PRP) Partido Trabalhista Cristão (PTC) Partido Trabalhista Nacional (PTN)	26/11/2015	Artigos 46 e 047, § 2º, da Lei Federal nº 9504, de 30 de setembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 13165, de 29/09/2015	Eleitoral e organização partidária
5404	Solidariedade	29/10/2015	Art. 1º, VII; art. 5º, "caput", e incisos X, XI e XII e o art. 7º, "caput", todos da Lei Federal nº 11358, de 19 de outubro de 2006 - Dispõe sobre a remuneração dos cargos de determinadas Carreiras públicas	Trabalho e seguridade social
5398	Rede Sustentabilidade	15/10/2015	Art. 22-A da Lei Federal nº 9096, de 19 de setembro de 1995, introduzido pelo art. 3º da Lei nº 13165, de 29 de setembro de 2015	Eleitoral e organização partidária
5389	Solidariedade	23/09/2015	Arts. 1º, 2º e 6º, I, da Lei nº 13134 de 16 de junho de 2015; Art. 1º e 3º da Lei Federal nº 13135 de 17 de junho 2015	Trabalho e seguridade social
5383	Partido da Mobilização Nacional (PMN)	14/09/2015	Art. 76, "caput" e todos seus incisos da Lei Federal nº 12249, de 11 de junho de 2010 - Institui o Regime Especial de Incentivos	Direitos Fundamentais

			para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	
5340	Partido Popular Socialista (PPS)	17/06/2015	Art. 1º da Lei Federal nº 13134, de 16 de junho de 2015 - altera as Leis nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego	Trabalho e seguridade social
5311	Partido Republicano da Ordem Social (PROS)	20/04/2015	Lei nº 13107, de 24 de março de 2015 - Altera as Leis nºs 9096, de 19 de setembro de 1995, e 9504, de 30 de setembro de 1997	Eleitoral e organização partidária
5261	Partido Social Liberal (PSL)	11/03/2015	Art. 1º; art. 2º; e art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 12846, de 01 de agosto de 2013 – Lei anticorrupção	Direito Público
5243	Partido Social Liberal (PSL)	19/02/2015	Lei Federal nº 13060, de 22 de dezembro de 2014 - Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública	Penal e segurança pública
5172	Partido Progressista (PP)	23/10/2014	Inciso II do art. 141, do Decreto-Lei Federal nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro).	Penal/Administrativo
5159	Partido Republicano Progressista (PRP)	04/09/2014	Inciso I, assim como das expressões "do restante, 1/3 (um terço)" e "e 2/3 (dois terços) constantes do inciso II, ambos do § 2º, do art. 47, da Lei Federal nº 9504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições)	Eleitoral e organização partidária
5136	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	09/06/2014	§ 1º do art. 28, da Lei nº 12663, de 05 de junho de 2012 (Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013)	Direitos Fundamentais
5129	Partido Social Democrata Cristão (PSDC)	29/05/2014	O inciso I do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 51, de 20 de dezembro de 1985 (que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial), com a nova redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar Federal nº 144, de 15 de maio de 2014.	Trabalho e seguridade social

5118	Solidariedade	07/05/2014	A expressão "federal" do art. 13, §2º da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e por arrastamento, a expressão "federais" do art. 2º, "caput", do Decreto Federal nº 7507, de 27 de junho de 2011	Conflito federativo
5116	Solidariedade	25/04/2014	A expressão "onde hajam atendido ao disposto no inciso I, 'b'", contido no art. 57, III, "b" da Lei Federal nº 9096, de 19 de setembro de 1995	Eleitoral e organização partidária
5108	Partido Popular Socialista (PPS)	01/04/2014	A expressão "filiadas àquelas", constante dos §§ 2º e 4º, do art. 1º, bem como do § 2º, do art. 2º, todos da Lei nº 12933, de 26 de dezembro de 2013 - Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada	Direitos Fundamentais
5105	Solidariedade	31/03/2014	Art. 1º da Lei Federal nº 12875, de 30 de outubro de 2013, que conferiu nova redação ao art. 29, § 6º e ao art. 41-A da Lei Federal nº 9096, de 1995; art. 2º da Lei Federal nº 12875, de 30 de outubro de 2013, na parte em que acrescentou o § 7º ao art. 47 da Lei Federal nº 9504, de 1997	Eleitoral e organização partidária
5090	Solidariedade	12/02/2014	Art. 013, "caput", da Lei Federal nº 8036, de 11 de maio de 1990 e do art. 017, "caput" da Lei Federal nº 8177, de 01 de março de 1991 (tema: FGTS e desindexação da economia)	Trabalho e seguridade social
5049	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	04/10/2013	Art. 8º, caput e parágrafo único, da Lei Federal nº 10556, de 13 de novembro de 2002, que dispõe sobre a inclusão dos cargos que especifica no Plano de Classificação de Cargos	Trabalho e seguridade social
5045	Democratas (DEM)	17/09/2013	§ 2º do art. 23 da Lei Federal nº 12852, de 05 de agosto de 2013 - Institui o Estatuto da Juventude	Direitos Fundamentais
4937	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	04/04/2013	Art. 3º, VIII, "b"; art. 7º, § 3º; art. 13, § 1º; art. 44; art. 48, § 2º; art. 59, § 2º, § 4º e § 5º; art. 60; art. 61-A; art. 61-B; art. 61-C e art. 63, todos da Lei nº 12651, de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa	Meio Ambiente

4856	Partido Social Democrático (PSD)	19/09/2012	Segunda parte do § 10 do art. 11 da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997 (dispositivo acrescentado pela Lei nº 12034, de 29 de setembro de 2009)	Eleitoral e organização partidária
4795	Democratas (DEM) Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) Partido Popular Socialista (PPS) Partido da República (PR) Partido Progressista (PP) Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	11/06/2012	Inciso II do § 2º do art. 47 da Lei nº 9504, de 30 setembro de 1997	Eleitoral e organização partidária
4741	Partido Popular Socialista (PPS)	20/03/2012	Art. 36, caput, e art. 057 - B, inciso IV, da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997	Direitos Fundamentais / Eleitoral
4679	Democratas (DEM)	18/11/2011	Artigos 9º, parágrafo único; 10; 12; 13; 15, na parte em que acrescenta o inciso VIII ao art. 7º da Medida Provisória nº 2228-1, de 2001; Arts. 16; 17; 18; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 25; 31; 32, §§ 002º, 13 e 14; 36; e 37, §§ 5º, 6º e 7º; da Lei nº 12485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado	Econômico e Financeiro

4646	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	26/08/2011	Lei nº 12431, de 27 de junho de 2011 - Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica	Processual
4645	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) Democratas (DEM) Partido Popular Socialista (PPS)	26/08/2011	Lei nº 12462, de 05 de agosto de 2011 – Regime Diferenciado de Contratações.	Administrativo
4637	Partido Popular Socialista (PPS)	12/08/2011	Parte final do caput do art. 980-A da Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), com a redação conferida pelo art. 2º da Lei nº 12441, de 11 de julho de 2011.	Civil e Comercial
4627	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	30/06/2011	Artigo 8º da Lei 11.482, de 31 de maio de 2007 (Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física) e arts. 19, 20 e 21 da Lei 11.945/09 (Altera a legislação tributária federal)	Trabalho e seguridade social
4611	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) Democratas (DEM)	02/06/2011	Lei nº 12404, de 04 de maio de 2011 - Autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A.	Processual
4608	Partido Social Liberal (PSL)	26/05/2011	Arts. 105-B, caput e 105-C da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, com a nova redação dada pelo art. 10 da Lei Complementar nº 132, de 07 de outubro de 2009	Organização institucional
4568	Partido Popular Socialista (PPS)	01/03/2011	Art. 3º (caput e parágrafo único), da Lei nº 12382, de 25 de fevereiro de 2011 - Dispõe sobre o valor do salário-mínimo em 2011	Trabalho e seguridade social

	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) Democratas (DEM)			
4542	Democratas (DEM)	21/01/2011	Art. 16-A e seu parágrafo único, da Lei nº 9504, de 1997, introduzido pela Lei nº 12034, de 29/09/2009	Eleitoral e organização partidária
4513	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17/12/2010	Art. 16-A e respectivo parágrafo único da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997, incluídos à referida norma pelo art. 4º da Lei nº 12034, de 29 de setembro de 2009.	Eleitoral e organização partidária
4467	Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT)	24/09/2010	Art. 91-A, da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997, na redação dada pela Lei nº 12034, de 29 de setembro de 2009, e art. 47, § 1º, da Resolução nº 23218, de 02 de março de 2010, do TSE.	Eleitoral e organização partidária
4430	Partido Humanista da Solidariedade (PHS)	11/06/2010	Art. 45, § 6º e art. 047, § 2º, I e II, da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições)	Eleitoral e organização partidária
4407	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	14/04/2010	Art. 028, § 004º, da Lei nº 11488, de 2007, do art. 058-T e respectivo § 002º da Lei nº 10833, de 2003, da Instrução Normativa nº 869, de 2008 e do Ato Executivo nº 061, de 2008	Tributário
4352	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	03/12/2009	Lei nº 12034, de 29/09/2009, que inova e introduz alterações as Leis nºs 9096, de 1995, 9504, de 1997 e 4737, de 1965, bem como, a Lei de 11300, de 2006, que também altera a Lei nº 9504, de 1997.	Eleitoral e organização partidária
4333	Partido da República (PR)	28/10/2009	Art. 1361, § 001º, da Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002; art. 014, § 007º, da Lei nº 11795, de 08 de outubro de 2008; e art. 006º, da Lei nº 11882, de 23 de dezembro de 2008	Civil e Comercial
4295	Partido da Mobilização Nacional (PMN)	10/09/2009	Art. 2º; art. 3º; art. 9º; art. 10; art. 11; art. 12, inciso I, II e III; art. 13; art. 15, art. 17 e seu § 3º; art. 20, parágrafo único; art. 21, inciso I; art. 22; e o art. 23, inciso II, todos da Lei nº 8429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade	Administrativo

4222	Partido Socialista Brasileiro (PSB)	24/03/2009	Art. 224 do Código Eleitoral	Eleitoral e organização partidária
4112	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	22/07/2008	Lei Federal nº 9296 de 24 de julho de 1996 - dispõe sobre interceptação telefônica	Penal e segurança pública
4109	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	15/07/2008	Lei federal nº 7960/1989 (dispõe sobre prisão temporária)	Penal e segurança pública
4106	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)	11/07/2008	Caput do art. 46, da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997	Eleitoral e organização partidária
4089	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	12/06/2008	Alínea "b", do inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, com redação alterada pela Lei Complementar nº 81, de 13 de abril de 1994	Eleitoral e organização partidária
4071	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	22/04/2008	Art. 56, da Lei nº 9430, de 27 de dezembro de 1996 - Dispõe sobre a legislação tributária federal	Tributário
4067	Democratas (DEM)	09/04/2008	Artigo 3º e 1º, inciso II, da Lei nº 11648 de 31 de março de 2008, bem como o artigo 589, inciso II, alínea "b", e parágrafos 1º e 2º e o artigo 593, da Decreto-Lei nº 5452 (CLT) de 1943, com redação atribuída pela Lei nº 11648, de 2008	Trabalho e seguridade social
4027	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	18/02/2008	Lei nº 11603, de 05 de dezembro de 2007, que alterou a Lei nº 10101, de 19 de dezembro de 2000 (Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências)	Trabalho e seguridade social
4021	Partido Progressista (PP)	13/02/2008	Art. 32 da Lei nº 9430, de 27 de dezembro de 1996 - Dispõe sobre a legislação tributária federal	Tributário
3989	Partido Popular Socialista (PPS)	21/11/2007	Art. 10, da Lei nº 11284, de 02 de março de 2006 - Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável	Meio ambiente
3986	Partido Social Cristão (PSC)	08/11/2007	Art. 10, § 3º da Lei nº 9504, de 1997	Eleitoral e organização partidária

3952	Partido Trabalhista Cristão (PTC)	10/09/2007	Art. 1º da Lei nº 9822, de 23 de agosto de 1999, que deu nova redação ao inciso II do art. 2 do Decreto-Lei nº 1593, de 21 de dezembro de 1977	Tributário
3949	Democratas (DEM)	30/08/2007	Art. 100, da Lei nº 11514, de 13 de agosto de 2007 - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2008	Econômico e Financeiro
3942	Democratas (DEM)	16/08/2007	Art. 2º, da Lei nº 11075, de 30 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, no âmbito do Poder Executivo Federal	Administrativo
3934	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	02/08/2007	Arts. 83, inciso I e VI, letra "c" e 141, inciso II da Lei nº 11101, de 09 de fevereiro de 2005 - Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência	Trabalho e seguridade social
3908	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	21/06/2007	Art. 2º e seu § 2º da Lei nº 9709, de 18 de novembro de 1998 (conceitua referendo)	Administrativo
3759	Partido Liberal (PL)	11/07/2006	Lei nº 11300, de 10 de maio de 2006 (altera a Lei 9504)	Eleitoral e organização partidária
3743	Partido Trabalhista Cristão (PTC)	08/06/2006	art. 3º da Lei 11300, de 10 de maio 2006.	Eleitoral e organização partidária
3742	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	08/06/2006	artigo 39, § 5º, III, § 6º e § 8º e art. 45, § 1º, da Lei 11.300/2006	Eleitoral e organização partidária
3741	Partido Social Cristão (PSC)	31/05/2006	Totalidade da Lei 11.300/2006.	Eleitoral e organização partidária
3596	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	11/10/2005	Lei nº 9478, de 06 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do	Administrativo

			petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.	
3592	Partido Socialista Brasileiro (PSB)	28/09/2005	A expressão "Cassação do Registro ou do Diploma" constante no art. 41-A, da Lei nº 9504, de 1997, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 9840, de 28 de setembro de 1999.	Eleitoral e organização partidária
3578	Partido Comunista do Brasil (PC do B)	08/09/2005	Art. 4º, § 1º; art. 3º, I e do art. 29, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2192 - 70, de 24 de agosto de 2001, publicada em 25 de agosto de 2001, e dos incisos I, II e IV do art. 2º da Lei nº 9491, de 09 de setembro de 1997, publicada em 10 de setembro de 1997.	Administrativo
3531	Partido Social Liberal (PSL)	06/07/2005	Art. 8º, VIII, § 2º, a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.	Organização institucional
3454	Partido da Frente Liberal (PFL)	31/03/2005	Art. 15, XIII, da Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990 (Lei do SUS)	Conflito federativo
3446	Partido Social Liberal (PSL)	24/03/2005	Art. 16, I; art. 105; art. 122, II e III; art. 136, I, art. 138 e art. 230, da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 (ECA)	Direitos Fundamentais
3407	Partido Progressista (PP)	14/02/2005	Art. 1º, I, "a", da Lei Complementar nº 64 de 21 de maio de 1990 e art. 28, I, VII, § 4º da Resolução nº 21608/2004 do Tribunal Superior Eleitoral	Eleições e organização partidária
3366	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	09/12/2004	Arts. 26, caput e seu § 3º; art. 28, I e II; 37, I e Parágrafo único; 43, II e parágrafo único; 51, parágrafo único e art. 60 da Lei nº 9478, de 06 de agosto de 1997 (Dispõe sobre a política energética nacional)	Direito Público
3360	Partido Social Liberal (PSL)	02/12/2004	Lei federal nº 7960/1989 (dispõe sobre prisão temporária)	Penal e segurança pública
3305	Partido Liberal (PL)	16/09/2004	Art. 77, "caput" e parágrafo único da Lei Federal nº 9504/1997	Eleitoral e organização partidária
3301	Partido Social Liberal (PSL)	14/09/2004	Art. 41, inciso II e parágrafo único, da Lei nº 8625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público).	Organização institucional

3271	Partido da Frente Liberal (PFL)	04/08/2004	Art. 16, da Lei nº 9311, de 24 de outubro de 1996 (cria CPMF) com a redação atribuída pelo art. 1º da Lei nº 10892, de 13 de julho de 2004, bem como o art. 2º, da Lei nº 10892/2004	Tributário
3242	Partido da Frente Liberal (PFL)	25/06/2004	Lei nº 10743, de 09 de outubro de 2003 - institui no Brasil o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley	Processual
3240	Partido da Frente Liberal (PFL)	25/06/2004	Art. 30 da Lei nº 10871, de 20 de maio de 2004 - Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das Agências Reguladoras	Organização institucional
3173	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	25/03/2004	Lei nº 10843, de 27 de fevereiro de 2004 - Acrescenta artigo à Lei nº 8884, de 11 de junho de 1994, que transforma o CADE em Autarquia	Organização institucional
3146	Partido da Frente Liberal (PFL)	19/02/2004	Lei nº 10828, de 23 de dezembro de 2003 - Altera a legislação tributária federal	Tributário
3137	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	13/02/2004	Lei Federal nº 10826, de 22 de dezembro de 2003, alterada pela Medida Provisória nº 157, de 23 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo	Penal e segurança pública
3112	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	13/01/2004	Lei Federal nº 10826, de 22 de dezembro de 2003, alterada pela Medida Provisória nº 157, de 23 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo	Penal e segurança pública
3102	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – Diretório Municipal de Itu	24/12/2003	Incisos III e IV do art. 6º, da Lei nº 10826, de 22 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo	Penal e segurança pública
3073	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	02/12/2003	Art. 12, inciso I, "h", da Lei nº 8212, de 1991, introduzida pela Lei nº 9506, de 1997, § 1º do art. 13.	Trabalho e seguridade social
3045	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	12/11/2003	Art. 59, "caput" e seu parágrafo único, do novo Código Civil (Lei nº 10406, de 10/01/2002) e o art. 217, inciso I, da Constituição Federal.	Civil e Comercial

2943	Partido Liberal (PL)	22/07/2003	Arts. 26 e 80 da Lei Federal nº 8625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei orgânica do MP) e art. 7º, I, II, III, art. 38, I, II, III e art. 150, I, II, III, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.	Organização institucional
2942	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	22/07/2003	Art. 3º, da Lei nº 9840, de 29 de setembro de 1999, na medida em que ele modificou o inciso IV, do art. 262, da Lei nº 4737, de 15 de julho de 1965.	Processual
2937	Partido Progressista (PP)	17/07/2003	Artigos diversos da Lei nº 10671, de 15 de maio de 2003 – Estatuto de defesa do torcedor	Administração e outros temas de Direito Público
2859	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	20/03/2003	Art. 5º, caput e seus parágrafos da Lei Complementar nº 105/2001; Decreto nº 4489/2002 e Decreto nº 4545/2002	Administração e outros temas de Direito Público
2737	Partido Liberal (PL)	08/10/2002	Lei Federal nº 10521, de 18 de julho de 2002 - Assegura a instalação de Municípios criados por Lei Estadual.	Direito Público
2726	Partido Social Liberal (PSL)	13/09/2002	Art. 3º, da Lei Federal nº 10331, de 18 de dezembro de 2001 - Regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais	Organização institucional
2677	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	20/06/2002	Art. 45, §1º, I, da Lei nº 9096, de 19 de setembro de 1995	Eleitoral e organização partidária
2613	Partido Social Liberal (PSL)	20/02/2002	Art. 26, inciso I e art. 41, inciso II e parágrafo único da Lei nº 8625, de 12 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica do MP.	Organização institucional
2612	Partido Social Liberal (PSL)	20/02/2002	Art. 44, inciso IV, parágrafo único, art. 75, parágrafo único e art. 80 da Lei nº 8625, de 12 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica do MP.	Organização institucional
2611	Partido Social Liberal (PSL)	20/02/2002	Art. 9º, § 4º e art. 67, Lei nº 8625, de 12 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica do MP.	Organização institucional

2568	Partido Social Liberal (PSL)	21/11/2001	Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001 (Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do FGTS).	Tributário
2566	Partido Liberal (PL)	19/11/2001	Art. 4º, parágrafo 1º, da Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998 - Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências	Direitos Fundamentais
2555	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	07/11/2001	Art. 21, da Lei nº 9711, de 20 de novembro de 1998, que alterou a redação do art. 3º, da Lei nº 7986, de 28 de dezembro de 1989	Trabalho e seguridade social
2554	Partido Social Democrata Cristão (PSDC)	07/11/2001	Inciso XIII, artigo 9º da Lei Federal nº 9317, de 05 de dezembro de 1996 - Institui o Sistema Integrado e Pagamento de Impostos e Contribuições - Simples	Tributário
2484	Partido Comunista do Brasil (PC do B)	02/08/2001	Art. 19, § 1º do art. 55 e art. 64, todos da Lei nº 10266, de 24 de julho de 2001 - Dispõe sobre a recuperação de haveres do Tesouro Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	Econômico e Financeiro
2412	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	20/02/2001	Art. 26, 38 e 44, <i>caput</i> , da Lei Federal nº 8935/1994, Provimentos nº 750/01 e 747/00 do Conselho Superior da Magistratura do TJSP	Organização institucional
2404	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	06/02/2001	Art. 254 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente	Direitos Fundamentais
2390	Partido Social Liberal (PSL)	15/01/2001	Art. 1º, § 4º; art. 5º; art. 6º e seu § único da Lei Complementar nº 105, de 10/01/2001 e contra a totalidade do Decreto nº 3724/2001	Processual
2389	Partido Social Liberal (PSL)	15/01/2001	Lei nº 10174, de 09 de janeiro de 2001 (altera o art. 11 da Lei nº 9311, de 24 de outubro de 1996).	Tributário

2380	Partido dos Trabalhadores (PT)	26/12/2000	Art. 1º, da Lei nº 9849, de 26/10/99, que alterou o art. 2º, VI, "c", art. 3º, § 2º e art. 4º, III, da Lei nº 8745/93, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária	Organização institucional
2365	Partido Comunista do Brasil (PC do B)	06/12/2000	Artigo 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000	Econômico e Financeiro
2354	Partido Trabalhista Nacional (PTN)	23/11/2000	Art. 1º, § 2º, I da Lei Federal nº 8025, de 12 de abril de 1990; e dos arts. 1º, § 1º, "c" e § 2º, 23, II; 26, III, do Decreto nº 99266, de 28 de maio de 1990 - Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União	Direito Público
2315	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	19/09/2000	Dispositivos da Lei nº 9986, de 18 de julho de 2000 - Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras	Organização institucional
2310	Partido dos Trabalhadores (PT)	29/08/2000	Artigos 1º, 2º, 12, 13, 15, 24, inciso I, 27, 30 e 33 da Lei 9986, de 18 de julho de 2000	Organização institucional
2244	Partido Comunista do Brasil (PC do B)	07/07/2000	Lei nº 9932, de 20 de dezembro de 1999 - Dispõe sobre a transferência de atribuições da IRB - Brasil Resseguros S.A. - IRB - BRASIL para a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP	Organização institucional
2238	Partido Comunista do Brasil (PC do B) Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Socialista Brasileiro (PSB)	04/07/2000	Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e inciso II, do art. 3º e do artigo 4º da Medida Provisória nº 1980/2000	Processual

2223	Partido dos Trabalhadores (PT)	08/06/2000	Lei nº 9932, de 20 de dezembro de 1999	Organização institucional
2202	Partido Social Liberal (PSL)	03/05/2000	Expressões "e outros procedimentos administrativos correlatos", contidas nos incisos I do art. 7º, I do art. 38 e inciso I do art. 150, das expressões "e apresentar provas" e "e produzir provas" constantes dos incisos II e III dos arts. 7º, 38 e 150, todos da Lei Complementar Federal nº 75/1993.	Organização institucional
2190	Partido Socialista Brasileiro (PSB)	03/04/2000	Lei nº 9932, de 20 de dezembro de 1999	Organização institucional
2182	Partido Trabalhista Nacional (PTN)	30/03/2000	Lei 8429/1992 – Lei de Improbidade	Direito Público
2174	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	17/03/2000	Lei nº 9932, de 20 de dezembro de 1999	Organização institucional
2139	Partido Comunista do Brasil (PC do B) Partido Socialista Brasileiro (PSB) Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Democrático Trabalhista (PDT)	04/03/2000	Art. 625 - D e seus parágrafo 2º e 3º da Lei nº 9958, de 12 de janeiro de 2000 - Altera e acrescenta artigos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT	Trabalho e seguridade social
2110	Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Comunista do Brasil (PC do B) Partido Democrático Trabalhista (PDT)	01/12/1999	Dispositivos da Lei 9876, de 26/11/1999, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício e altera dispositivos das Leis 8212 e 8213	Trabalho e seguridade social

	Partido Socialista Brasileiro (PSB)			
2054	Partido Social Trabalhista (PST)	24/08/1999	Art. 99 da Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998 - Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências	Civil e Comercial
2045	Partido Comunista do Brasil (PC do B)	13/08/1999	Lei Complementar Federal nº 96, de 31/05/1999, art. 6º, § 2º (trata do limite de gastos com pessoal).	Trabalho e seguridade social
2016	Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Democrático Trabalhista (PDT) Partido Socialista Brasileiro (PSB) Partido Comunista do Brasil (PC do B)	11/06/1999	Lei nº 9783, de 28 de janeiro de 1999 - Dispõe sobre a contribuição para o custeio da previdência social dos servidores públicos, ativos e inativos, e dos pensionistas dos três Poderes da União	Trabalho e Seguridade social
2009	Partido dos Trabalhadores (PT)	02/06/1999	Lei nº 9717, de 27 de novembro de 1998 - Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União	Conflito federativo
2008	Partido da Mobilização Nacional (PMN)	02/06/1999	Lei 9783, de 28 de janeiro de 1999 - Dispõe sobre a contribuição para o custeio da previdência social dos servidores públicos, ativos e inativos, e dos pensionistas dos três Poderes da União	Tributário
1998	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	07/05/1999	Art. 6º da Lei nº 9648, de 27 de maio de 1998 e art. 6º da Medida Provisória nº 1819 - 1, de 30 de abril de 1999 - autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás)	Direito Público

1923	Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Democrático Trabalhista (PDT)	01/12/1998	Arts. 1º a 22 da Lei nº 9637, de 15 de maio de 1998, resultante da aprovação pelo Congresso Nacional de projeto de lei da Conversão à Medida Provisória 1648 - 7 de 23 de abril de 1998 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização	Direito Público
1900	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	09/10/1998	Art. 201, II, Lei Complementar nº 75/1993 - Lei Orgânica do Ministério Público da União	Organização institucional
1885	Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Democrático Trabalhista (PDT)	14/09/1998	Art. 2º e 15 da Lei 9528 de 10 de dezembro de 1997 - Altera dispositivos da Lei nºs 8212 e 8213	Trabalho e seguridade social
1878	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	27/08/1998	Lei 9528, de 11 de dezembro de 1997 - Altera dispositivos da Lei nºs 8212 e 8213	Trabalho e seguridade social
1863	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	31/07/1998	Parágrafo único do art. 191 da Lei nº 9472 de 17 de julho de 1997	Direito Público
1840	Partido dos Trabalhadores (PT)	09/06/1998	Art. 189, I, da Lei 9472 de 16 de julho de 1997 (Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento da ANATEL) e art. 003º do anexo do Decreto 2546 de 14 de abril de 1998	Direito Público
1822	Partido Popular Socialista (PPS)	29/04/1998	Incisos I e II do § 2º, do artigo 47, e de seus §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 9504, de 30 de setembro de 1997; e Resolução nº 20106, de 04 de março de 1998, do Tribunal Superior Eleitoral	Eleitoral e organização partidária
1817	Partido Liberal (PL)	13/04/1998	Artigo 4º da Lei Federal nº 9504, de 30 de setembro de 1997	Eleitoral e organização partidária
1813	Partido da Mobilização Nacional (PMN)	31/03/1998	Parágrafo 2º do artigo 10 da Lei Federal nº 9504, de 30 de setembro de 1997	Eleitoral e organização partidária

1770	Partido Democrático Trabalhista (PDT) Partido Comunista do Brasil (PC do B)	30/01/1998	§ 1 ° do artigo 453 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT na redação proposta pelo artigo 3° e artigo 11, caput e parágrafos, ambos da Lei Federal nº 9528, de 10 de dezembro de 1997	Trabalho e seguridade social
1767	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)	27/01/1998	Artigos 1 ° e 6 °, Lei Federal nº 9601, de 21 de janeiro de 1998 - Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências	Trabalho e seguridade social
1764	Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Democrático Trabalhista (PDT) Partido Comunista do Brasil (PC do B)	22/01/1998	Lei nº 9601, de 21 de janeiro de 1998 - Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado	Trabalho e seguridade social
1755	Partido Liberal (PL)	22/12/1997	Parágrafo único do artigo 1° da Lei Federal nº 9294, de 15 de julho de 1996 - Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas	Direitos Fundamentais
1749	Partido Comunista do Brasil (PC do B) Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Democrático Trabalhista (PDT)	10/12/1997	Artigo 5 ° da Emenda Constitucional nº 14, de 1996; e Lei Federal nº 9424, de 24 de dezembro de 1996	Conflito federativo

	Partido Verde (PV) Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)			
1668	Partido Comunista do Brasil (PC do B) Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Democrático Trabalhista (PDT) Partido Socialista Brasileiro (PSB)	09/09/1997	Dispositivos da Lei Federal nº 9472, de 16 de julho de 1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento da ANATEL	Organização institucional
1649	Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Democrático Trabalhista (PDT) Partido Comunista do Brasil (PC do B) Partido Socialista Brasileiro (PSB)	13/08/1997	Artigos 64 e 65 da Lei Federal nº 9478, de 06 de agosto de 1997 - Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências	Direito Público
1640	Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Comunista do Brasil (PC do B)	17/07/1997	Lei Federal nº 9438, de 26 de fevereiro de 1997 – Lei Orçamentária Anual	Econômico e Financeiro

	Partido Democrático Trabalhista (PDT) Partido Socialista Brasileiro (PSB) Partido Verde (PV)			
1627	Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Comunista Brasileiro (PCB) Partido Democrático Trabalhista (PDT) Partido Socialista Brasileiro (PSB)	26/06/1997	Artigos da Lei Federal nº 9424, de 24 de dezembro de 1996 - Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Conflito federativo
1626	Partido Progressista Brasileiro (PPB)	26/06/1997	Parte final do artigo 117 da Lei Federal nº 6880, de 09 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), na redação dada pelo artigo 1º da Lei Federal nº 9297, de 25 de julho de 1996	Direitos Fundamentais
1620	Partido dos Trabalhadores (PT)	12/06/1997	Artigo 54 da Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional	Direito Público
1599	Federação das Associações e Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) SINDICAL ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes nas Instituições de Ensino Superior - Seção Sindical dos Docentes da UFRGS	02/05/1997	Artigo 17 da Lei nº 7923, de 12 de dezembro de 1989 (Dispõe sobre os vencimentos, salários, soldos e demais retribuições dos servidores civis e militares do Poder Executivo, na Administração Direta, nas Autarquias, nas Fundações Públicas e nos extintos Territórios); artigo 036 da Lei nº 9082, de 25 de julho de 1995 (estabelece diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1996), e artigos 1º, 3º, 4º, 005º, 6º e 7º do Decreto nº 2028, de 11 de outubro de 1996	Direito Público

	Partido dos Trabalhadores (PT)			
1531	Partido Progressista Brasileiro (PPB)	27/11/1996	Parágrafo 2º do art. 25 da Lei nº 8935, de 18 de novembro de 1994 - Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro	Direito Público
1511	Partido Comunista do Brasil (PC do B) Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Democrático Trabalhista (PDT)	02/10/1996	Artigo 3º, §§ 1º a 7º da Lei nº 9131, de 24 novembro de 1995 (Altera dispositivos da Lei nº 4024 – fixava as diretrizes e bases da educação)	Direitos Fundamentais
1493	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	19/08/1996	Artigo 1º, inciso I, alínea "e" e § 2º do art. 1º da Lei Complementar nº 64/1990 e Súmula 8 e 12 do Tribunal Superior Eleitoral	Eleitoral e organização partidária
1491	Partido Democrático Trabalhista (PDT) Partido dos Trabalhadores (PT)	13/08/1996	Art. 4º e parágrafo único; art. 5º; art. 8º, § 2º; art. 10 e parágrafo único; art. 13, parágrafo único, todos da Lei 9295, de 19/07/1996 – Dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização, sobre o órgão regulador e dá outras providências	Direito Público
1485	Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Democrático Trabalhista (PDT)	25/07/1996	Lei Federal nº 9292, de 12 de julho de 1996 - Dispõe sobre a remuneração dos membros dos conselhos de administração e fiscal das entidades que menciona e dá outras providências	Direito Público
1465	Partido da Frente Liberal (PFL)	29/05/1996	Parágrafo Único do artigo 22 da Lei Federal nº 9096, de 19 de setembro de 1995	Eleitoral e organização partidária

1419	Partido Liberal (PL)	07/03/1996	Expressões da Lei Federal nº 9264, de 07 de fevereiro de 1996 - Dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da Carreira de Policial Civil do Distrito Federal	Trabalho e seguridade social
1408	Partido Comunista do Brasil (PC do B)	06/02/1996	Incisos I e II do artigo 57 da Lei Federal nº 9100, de 29 de setembro de 1995 – estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996	Eleitoral e organização partidária
1407	Partido Comunista do Brasil (PC do B)	06/02/1996	Artigo 6º da Lei Federal nº 9100, de 29 de setembro de 1995	Eleitoral e organização partidária
1393	Partido dos Trabalhadores (PT)	20/12/1995	Lei Federal nº 9163, de 15 de dezembro de 1995, que autoriza a criação de subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRÁS	Processual
1384	Partido Progressista Brasileiro (PPB)	06/12/1995	Artigo 73, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 9100, de 29 de setembro de 1995	Eleitoral e organização partidária
1382	Partido Liberal (PL)	30/11/1995	Artigo 73, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 9100, de 29 de setembro de 1995	Eleitoral e organização partidária
1360	Partido dos Trabalhadores (PT)	17/10/1995	Parágrafo 4º do artigo 38 da Lei Federal nº 4595, de 31 de dezembro de 1964 - Dispõe sobre a Política e as Instituições monetárias bancárias, creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências	Organização institucional
1355	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	09/10/1995	Artigo 11, parágrafos 1 e 2º, e artigo 72 da Lei Federal nº 9100, de 29 de setembro de 1995	Eleitoral e organização partidária
1354	Partido Social Cristão (PSC)	06/10/1995	Artigo 13, parte do inciso II do artigo 41, parte do artigo 48, parte do artigo 49 e parte do inciso II do artigo 57 da Lei Federal nº 9096, de 19 de setembro de 1995	Eleitoral e organização partidária

1351	Partido Comunista do Brasil (PC do B) Partido Democrático Trabalhista (PDT) Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Socialista Brasileiro (PSB) Partido Verde (PV) Partido Liberal (PL) Partido Social Democrático (PSD) Partido Popular Socialista (PPS)	28/09/1995	Artigo 13; expressão “(...) que tenham preenchido as condições do artigo 13” contida no inciso II do artigo 41; expressão "que atenda ao disposto no artigo 13 " contida no artigo 49; inciso II do artigo 56 e artigo 57 da Lei Federal nº 9096, de 19 de setembro de 1995	Eleitoral e organização partidária
1312	Partido dos Trabalhadores (PT)	05/07/1995	Artigo 8º, 9º, 10 e 11 da Lei nº 9069, de 29 de junho de 1995 - Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real	Processual
1259	Partido Popular Socialista Brasileiro (PPS)	28/03/1995	Lei Federal nº 8920, de 20 de julho de 1994 - Veda o pagamento de dividendos e de participações nos lucros, com base em saldo credor da conta de correção monetária, apurado por empresas controladas pelo Poder Público	Direito Público

Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPFs

Número	Requerente	Data da propositura	Objeto	Tema
442	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	08/03/2017	art. 124 e 126 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940)	Direitos Fundamentais
425	Partido Socialista Brasileiro (PSB)	31/10/2016	Parágrafo único do artigo 084 da Lei Federal nº 6815, de 19 de agosto de 1980 (Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências) e do artigo 208 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal	Direito Público
395	Partido dos Trabalhadores (PT)	11/04/2016	Artigo 260 do Decreto-Lei nº 3689/1941 (Código de Processo Penal)	Penal e segurança pública
383	Partido Popular Socialista (PPS)	28/01/2016	Artigos 2º, 3º e 4º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 148 de 2014 (altera a Lei de Responsabilidade Fiscal), com a redação que lhes conferiu a Lei Complementar nº 151, de 2015, e a ilegitimidade constitucional do art. 2º, § 1º, I, do Decreto nº 8616, de 2015 (Regulamenta a LC nº 148)	Conflitos federativos
382	Partido dos Trabalhadores (PT)	28/01/2016	Artigos 2º, 3º e 4º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 148 de 2014, com a redação que lhes conferiu a Lei Complementar nº 151, de 2015, e a ilegitimidade constitucional do art. 2º, § 1º, I, do Decreto nº 8616 de 2015.	Conflito federativo
378	Partido Comunista do Brasil (PC do B)	03/12/2015	Art. 16; art. 18; art. 19; art. 20, §§ 1º e 2º; art. 21; art. 22; art. 23, §§ 1º e 5º; art. 24; art. 25; art. 27; art. 28; art. 29; art. 38; art. 44; art. 45; art. 46; art. 47, "caput"; art. 48, art. 9; art. 80; art. 81 todos da Lei Federal nº 1079, de 10 de abril de 1950 (Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento)	Processual

344	Partido Social Democrático (PSD)	07/05/2015	Art. 28 da Lei Federal nº 2874, de 19 de setembro de 1956 - Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências	Direito Público
338	Partido Progressista (PP)	23/03/2015	Inciso II do art. 141, do Decreto-Lei Federal nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro)	Penal e segurança pública
321	Partido dos Trabalhadores (PT)	25/05/2014	Art. 37 da Lei Federal nº 7210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal).	Penal e segurança pública
320	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	15/05/2014	Lei nº 6683, de 28 de agosto de 1979 - Concede anistia e dá outras providências	Direitos Fundamentais
215	Democratas (DEM)	15/07/2010	Artigo 3º, inciso VII, Lei 5792/1972 e artigos 4º e 5º do Decreto 7175/1972	Organização institucional
211	Partido Verde (PV)	13/04/2010	Artigo 10, §§ 1º e 2º, Lei nº 10.910/2004 – instituiu a gratificação de incremento da fiscalização e da arrecadação	Trabalho e seguridade social
161	Partido da República (PR)	08/01/2009	Artigo 109, § 2º, do Código Eleitoral, que define o quociente eleitoral como cláusula de exclusão	Eleitoral e organização partidária
157	Partido Popular Social (PPS)	12/12/2008	Art. 130 do Código de Processo Civil (CPC) e inciso V do art. 22 da Lei Complementar nº 064, de 1990	Processual
136	Partido Socialista Brasileiro (PSB)	24/03/2008	Art. 29 ao art. 36, da Lei nº 5250, de 09 de fevereiro de 1967 - Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.	Direitos Fundamentais
130	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	19/02/2008	Lei nº 5250, de 09 de fevereiro de 1967 - Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.	Direitos Fundamentais
126	Partido Popular Socialista (PPS)	10/12/2007	Arts. 579, 582, 583 e 587 da Consolidação das Leis de Trabalho (Decreto-Lei nº 5452, de 01 de março de 1943), com as redações dadas pelo Decreto-Lei nº 229, de 28 de	Trabalho e seguridade social

			fevereiro de 1967 e pela Lei nº 6386, de 09 de dezembro de 1976.	
73	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	30/05/2005	Art. 59, § 3º, da Lei nº 10934, de 11 de agosto de 2004 (diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005)	Econômico e Financeiro
45	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	15/10/2003	Lei nº 10707, de 30 de julho de 2003 (Lei de Diretrizes Orçamentárias)	Econômico e Financeiro
39	Partido Social Cristão (PSC)	25/02/2003	Artigo 13, da Lei 9096/1995	Eleitoral e organização partidária

Ações Diretas de Constitucionalidade - ADCs				
Número	Requerente	Data da propositura	Objeto	Tema
43	Partido Ecológico Nacional (PEN)	19/05/2016	Art. 283 do Decreto-Lei nº 3689 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) alterada pela Lei nº 12403, de 2011.	Penal e Segurança Pública
42	Partido Progressista (PP)	08/04/2016	Art. 3º, VIII, "b", XIX e parágrafo único; Art. 4º, §§ 1º, 4º e 6º; das expressões "de 30 metros e máxima" e "de 15 metros e máxima" no art. 5º; art. 7º, § 3º; art. 8º, § 2º; art. 12, §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 8º; art. 13, §1º; art. 15; art. 44; art. 48, § 2º; art. 59; art. 60; art. 61-A; art. 61-B; art. 61-C; art. 63; art. 66, § 3º e 5º, II, III e § 6º; art. 67; art. 68 e art. 78-A, todos da Lei Federal nº 12651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal)	Meio Ambiente
36	Partido da República (PR)	30/04/2015	§ 3º do art. 58 da Lei Federal nº 9649, de 27 de maio de 1998, de acordo com o qual “os empregados dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas são regidos pela legislação trabalhista”.	Trabalho e Seguridade social

31	Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Popular Socialista (PPS) Democratas (DEM) Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	10/05/2011	Art. 15-A, da Lei nº 9096, de 19 de setembro de 1995.	Eleitoral e organização partidária
29	Partido Popular Socialista (PPS)	19/04/2011	Lei Complementar nº 135, de 04 de junho de 2010, que alterou a Lei Complementar nº 064, de 18 de maio de 1990.	Eleitoral e organização partidária

Ações Diretas de Inconstitucionalidade por Omissão- ADOs				
Número	Requerente	Data da propositura	Objeto	Tema
3303	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	16/09/2004	Art. 37, inciso X, da Constituição Federal e o art. 1º, da Lei 10331, de 18 de dezembro de 2001, que regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição.	Direito Público
1484	Partido Democrático Trabalhista (PDT) Partido dos Trabalhadores (PT)	25/07/1996	Inconstitucionalidade por omissão parcial da Lei Federal nº 9295, de 19 de julho de 1996	Direito Público
41	Partido da República (PR)	29/06/2017	Omissão em disciplinar a forma de comercialização de armas de fogo e munição no Brasil, nos termos do artigo 35 do “Estatuto do Desarmamento” - Lei 10.826/2003	Penal e Segurança Pública
26	Partido Popular Socialista (PPS)	19/12/2013	Obter a criminalização específica de todas as formas de homofobia e transfobia, especialmente (mas não exclusivamente) das ofensas (individuais e coletivas), dos homicídios, das agressões e discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, real ou	Direitos Fundamentais

			suposta, da vítima, por ser isto (a criminalização específica) decorrência da ordem constitucional de legislar relativa ao racismo (art. 5º, XLII)	
10	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	11/11/2010	Regulamentação do direito de resposta previsto no artigo 5º, V, que ficou sem regulamentação com a revogação da Lei de Imprensa	Direitos Fundamentais

Total: 180 ADIs; 20 ADPFs; 5 ADCs, 5 ADOs

ANEXO II

Trechos dos discursos proferidos no Plenário da Câmara pelos Deputados dos partidos que propuseram ação direta de inconstitucionalidade contra lei publicada a menos de um mês

ADI	Requerente(s)	Objeto	Parlamentar	Trecho do discurso	Observações
5627	Partido Socialista Brasileiro (PSB)	Artigo 8º da Lei Federal nº 13.254/2016, que “dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País”.	Dep. Jose Stédile (PSB/RS)	Sr. Presidente, o PSB acredita que esse projeto é até um incentivo: "Eu não corro o risco, porque no máximo vou pagar uma multa para repatriar o recurso". Por isso, nós achamos que tem de haver votação nominal. O nosso voto é "sim" .	Durante as votações, o partido encontrava-se dividido quanto à aprovação da lei. Nos discursos, não foi feita menção à questão posteriormente judicializada.
			Dep. Paulo Foletto (PSB/ES)	Sr. Presidente, esse projeto é um tapa na cara do cidadão de bem do Brasil. (...) Nós vivemos uma crise de identidade ética nesta Nação, um momento de desmoralização da política no Brasil. Votar esse projeto é um tapa na cara do trabalhador e do cidadão de bem desta Nação.	
			Dep. Fernando Coelho Filho (PSB/PE)	O que nós também entendemos é que o momento não é o mais apropriado. Era importante que este debate tivesse sido feito em outro momento. (...) Por isso, depois de ter debatido por diversas vezes - não foi fruto apenas de uma única reunião -, ouvindo a opinião de todos, nós do PSB tomamos a posição de poder, de forma unânime, fechar questão na bancada para orientar o voto contrário ao projeto.	
			Dep. Heitor Schuch (PSB-RS)	Sr. Presidente, o PSB vota "sim" pelo motivo de que, segundo a CPI do HSBC do Senado Federal, nós temos 200 mil brasileiros com contas irregulares no exterior. E esta é a hora de não fazermos com que se tenham dois tipos de	

				brasileiros: os brasileiros que estão aqui e pagam os seus impostos e os que aplicaram o dinheiro lá fora e vão ter uma benesse extraordinária.	
5685	Rede	Lei nº 13.429/2017 ("Lei da Terceirização)	Dep. Alessandro Molon (Rede-RJ)	Sr. Presidente, eu fico me perguntando se os colegas que vêm para o microfone dizer que o projeto é uma maravilha para o trabalhador vão chegar em casa e vão recomendar aos parentes que peçam demissão e que peçam para ser contratados por uma terceirizada. (...) Nós vamos continuar coerentes com a nossa posição contra a terceirização. (...) A Rede vota "não", Presidente.	Todos os discursos dos Deputados do partido foram veementemente contra a terceirização.
5398	Rede	Art. 22-A da Lei 9.096/95, introduzido pela Lei nº 13.165/2015	Dep. Alessandro Molon (Rede-RJ)	Sr. Presidente, a Rede vota "não", vota pela derrubada do veto para que, em caso de necessidade de qualquer conferência, seja possível comparar o impresso com o eletrônico. Se há dúvidas quanto ao processo eleitoral, o voto impresso colhido na urna pode, em comparação com o voto eletrônico transmitido, tirar qualquer dúvida. Por essa razão, em defesa da transparência e da democracia, a Rede vota "não", Sr. Presidente.	O Deputado da Rede se posicionou contrário à impressão do voto e à doação por pessoa jurídica, porém nada foi dito sobre o tema da ADI (considerar como justa causa a desfiliação partidária para a criação de novo partido político)
			Dep. Alessandro Molon (Rede-RJ)	O Supremo Tribunal Federal já tomou uma decisão clara: é inconstitucional, é contrária à Constituição a permissão da doação de empresas para partidos políticos e campanhas, porque isso contraria a igualdade de oportunidades, a igualdade na disputa eleitoral. Isso confronta o princípio democrático e o princípio republicano. A Rede votará "sim" ao veto, respeitando o Supremo, apoiando a decisão correta da Presidente e apoiando a decisão correta do Senado	
5340	Partido Popular Socialista (PPS)	Artigo 1º, da Lei nº 13.134/2015, que alterou o artigo 3º, inciso I, que dispõe sobre o tempo mínimo	Dep. Carmen Zanotto (PPS-SC)	Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PPS vota "sim" à retirada de pauta. O PPS parabeniza o conjunto de trabalhadores que estão lutando pelos seus direitos, porque uma parte deles sumiu. Então, nós queremos, sim, garantir e manter o seguro-desemprego e o abono salarial	Partido foi categoricamente contrário. Em outros trechos dos discursos, o

		de trabalho para o recebimento de seguro desemprego, que passou de seis meses para um ano.	Dep. Rubens Bueno (PPS-PR)	(...) Este é o grande momento de dizer que não podemos votar a Medida Provisória nº 665. Essa medida provisória tira direitos dos trabalhadores, que sempre pagam a conta por desgovernos (...). Sr. Presidente, Srs. Deputados, agora chegou o grande momento: votar contra essa medida provisória é votar a favor do direito dos trabalhadores brasileiros	projeto recebeu fortes críticas por prejudicar os trabalhadores.
5311	Partido Republicano da Ordem Social (PROS)	Lei nº 13.107/2015, que alterou a Lei nº 9.096/1995 (dificultaria a criação de partidos)	Dep. Domingos Neto (PROS-CE)	Mais uma vez, esta Casa, pensando num momento político casuístico, reagindo à criação de um novo partido, quebra diversos preceitos constitucionais. (...) Portanto, Sr. Presidente, quero pedir à bancada do PROS, à bancada do PT - que está liberando seus Deputados - e à bancada do PSD e de diversos outros partidos que se posicionem contrariamente à matéria.	Em outros trechos do discurso, o Parlamentar posicionou-se pela inconstitucionalidade dos dispositivos alvos da ADI.
5129	Partido Social Democrata Cristão (PSDC)	artigo 1º, inciso I, da LC 51/1985, com a redação dada pelo artigo 2º da LC 144/2014 (dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial).	-	-	Os dois parlamentares do partido não se manifestaram em Plenário contra o PLP 275/2001, que deu origem à LC impugnada.
4645	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) Democratas (DEM)	Lei nº 12462/2011 Institui o Regime Diferenciado de Contratações	Dep. Rui Palmeira (PSDB-AL)	“Nós estamos jogando na lata do lixo importante marco legal, que é a Lei 8.666, a Lei de Licitações. E o que é pior, através de um contrabando em medida provisória. [...] Mas a Minoria, Sr. Presidente, diz "sim" à Copa e "não" a essa excrescência, "não" à corrupção ”.	Argumentos consentâneos com os apresentados na petição inicial da ADI.
			Dep. Antonio Imbassahy (PSDB-BA)	“Se esse tal Regime Diferenciado de Contratação é tão bom assim, como anuncia o Governo, por que não estendê-lo para a construção de hospitais e de postos de saúde para a	

	Partido Popular Socialista (PPS)			população com tantas dificuldades? [...] encaminhamos o voto "sim", contra o RDC ".	
			Dep. Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)	“em relação a esse sistema diferenciado de contratação, é lamentável. É dar efetivamente a poucos o direito de efetivamente fazer todo tipo de excesso, de abuso, como muitos que já vimos nos noticiários dos jornais. Por esta razão, nós vamos orientar o voto "não" .	
			Dep. Onyx Lorenzoni (DEM-RS)	“Na minha opinião, essa é uma medida provisória que vem fragilizar os mecanismos de controle para facilitar o roubo de dinheiro de brasileiros e brasileiras. Não vai ser com o nosso voto ".	
			Dep. Mendonça filho (DEM-PE)	“Sr. Presidente, em nome da ética, da transparência, da moralidade pública, o Democratas vota "não" (...) E o posicionamento do nosso partido é votar "não", pela rejeição do Regime Diferenciado de Contratações”.	
			Dep. Rubens Bueno (PPS-PR)	“ O PPS é contra. E é contra por várias razões. Não existiu, em nenhum momento nesta Casa, em todo o tempo da existência desta Casa, medida provisória que trate da flexibilização da Lei nº 8.666. (...) Agora, de repente, querem mudar, de afogadilho, uma lei dessa importância. Nós estamos votando contra claramente porque isso é danoso ao interesse público”	
4637	Partido Popular Socialista (PPS)	Art. 980-A do Código Civil com a redação dada pelo artigo 2º da Lei 12441/2011	-	-	Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24, I, RICD. Logo, não houve discussão em plenário.
4611	Partido da Social		Dep. Otavio Leite (PSDB-RJ)	“A criação de uma empresa pública no Brasil, segundo o art. 37, inciso XIX, da nossa Constituição, somente se pode dar	Argumentos consentâneos com

	Democracia Brasileira (PSDB)	Lei 12.404/2011 - Fruto da conversão da MP 511/2011		mediante lei específica. Esta não é a via adequada para se votar uma medida provisória, por meio de um enxerto, de forma oblíqua. Trata-se de algo absolutamente inconstitucional. (...) Do contrário, lamento, nós, de início, anunciamos: vamos recorrer ao Supremo Tribunal Federal para que a Constituição da República Federativa do Brasil seja respeitada. Ainda há tempo para uma reflexão do Governo. O nosso voto é ‘não’ ”.	os apresentados na petição inicial da ADI.
	Democratas (DEM)	Autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV; estabelece medidas voltadas a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do BNDES; dispõe sobre a autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro e Campinas.	Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP)	“Não se pode criar uma empresa por meio de uma medida provisória dessa forma. Por isso, a Minoria encaminha o voto ‘não’ ”.	
			Dep. Pauderney Avelino (DEM-AM)	“ Sr. Presidente, o Democratas, claro, vai votar contra o requerimento , porque nós entendemos que essa matéria não deveria vir por medida provisória. E também, se quisesse o Governo discutir um projeto sério para a malha ferroviária brasileira, estaríamos e estamos dispostos a discutir”.	
			Dep. Ronaldo caiado (DEM-GO)	“Neste momento, Sr. Presidente, a posição do Democratas será sem dúvida nenhuma "não" . Não a esse repasse de 20 bilhões de reais, porque isso é uma excrescência. E o povo brasileiro é quem vai pagar”.	
4568	Partido Popular Socialista – PPS	Art. 3º, caput e parágrafo único, da Lei 12.382/2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011	Dep. Roberto Freire (Bloco/PPS-SP)	Pois bem, o art. 3º do projeto diz que, baseado em todos os pressupostos, os reajustes e aumentos serão fixados por meio de decreto. Evidentemente, é flagrante a inconstitucionalidade. Decreto é um mero ato administrativo do Executivo	Argumentos consentâneos com os apresentados na petição inicial da ADI
	Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB		Dep. Rubens Bueno (Bloco/PPS-PR)	Pela ordem. Nós votamos "não", Sr. Presidente <i>[Posicionamento contrário do PPS à expressão "por meio de decreto" constante do art. 3º do Projeto de Lei]</i>	
			Dep. Vanderlei Macris (PSDB/ SP)	O Parlamento brasileiro não pode ficar nunca à margem do debate do salário mínimo. Se isso acontecer, evidentemente nós estaremos prescindindo de uma prerrogativa	

	Democratas - DEM			fundamental para este Legislativo. O voto é "não". [Posicionamento contrário do PSDB à expressão "por meio de decreto" constante do art. 3º]	
			Dep. Rodrigo Garcia (DEM-SP)	[...] a emenda, de minha autoria, altera o art. 3º desse projeto de lei e faz com que todos os anos, a partir da regra estabelecida naquilo que vamos votar logo mais adiante, o Governo encaminhe a esta Casa, via projeto de lei ou medida provisória , um valor estabelecendo o salário mínimo	
			Dep. Efraim Filho (DEM-PB)	Se falávamos, durante muito tempo, que os outros Poderes tentavam usurpar as nossas competências, amanhã não teremos mais esse discurso, porque as estamos entregando de mão beijada, sem resistências. (...) Portanto, os democratas votam "não" ao texto e "sim" ao requerimento. [Posicionamento contrário do DEM à expressão "por meio de decreto" constante do art. 3º do Projeto de Lei e, por consequência, da expressão "o decreto do" a que se refere o parágrafo único do art. 3º, objeto de DVS.]	
4067	Democratas	Dispositivos da Lei 11648/2008 e da CLT sobre centrais sindicais	Dep. Ronaldo Caiado (DEM-GO)	Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a CLT não previa dinheiro para centrais sindicais, não. Neste projeto, elas passaram a contar com o dinheiro da contribuição sindical. (...) Sr. Presidente, podemos não ter o voto do peleguismo, mas teremos o voto dos trabalhadores deste País. Pela liberdade, pela alforria dos trabalhadores, o voto é "não".	Argumentos consentâneos com os apresentados na petição inicial da ADI
			Dep. Ronaldo Caiado (DEM-GO)	Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que foi dito pelo Deputado Matteo Chiarelli e apresentado como destaque supressivo do Democratas? O projeto de lei estabelece o quê? Uma excrescência. Diz que a central sindical poderá representar os trabalhadores. Com essa proposta se quer revogar dispositivo da Constituição Federal, que, em seu art. 8º, inciso III, estabelece que "ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria,	

				inclusive em questões judiciais ou administrativas". Isto está escrito aqui na Constituição. Como um projeto de lei propõe exatamente que uma central sindical se arvore daquilo que é prerrogativa do sindicato? Nunca se viu algo parecido	
3949	Democratas	Art. 100 da Lei 11.514/2007 (dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2008).	Dep. Cláudio Cajado (DEM/BA)	Nesse sentido, quero apenas frisar que há uma contradição clara nesta LDO em relação a alguns pontos. Chamo a atenção para a contradição existente entre a previsão de superávit primário, as metas fiscais e o aumento dos investimentos para o Projeto Piloto de Investimentos - PPI. Ora, Sr. Presidente, se o Governo não tem cortado os custos, aumenta os investimentos com o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, com o PPI, e ao mesmo tempo estabelece que vai manter o superávit primário na meta de 3,75%. Não vejo como haverá dinheiro para aumentar os investimentos, controlar o custo e ainda atingir as metas estabelecidas na LDO.	Nos discursos, não foi abordado o tema objeto da ADI.
3743	Partido Trabalhista Cristão (PTC)	Art. 3º da Lei 11300/2006	-	-	Não houve discursos dos parlamentares do partido em plenário. O PL nº 5855/2005, que deu origem à Lei 11.300 foi votado nominalmente, porém os Deputados do PTC não votaram.

3742	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	Dispositivos da Lei 11300/2006	Dep. João Fontes (PDT-SE)	“Queremos acabar com os showmícios, queremos acabar com o abuso do poder econômico. Mas esse projeto é encaminhado para acabar com os movimentos das forças populares, para restringir o direito de quem não tem recursos, que não pode comprar cabo eleitoral”.	O PL nº 5855/2005, que deu origem à Lei nº 11.300 foi votado nominalmente. Todos os Deputados do PDT votaram “não”. Atuação coerente do partido.
3741	Partido Social Cristão (PSC)	Totalidade da Lei 11300/2006	Dep. Zequinha Marinho (PSC-PA)	Sobre a mesa do Presidente da República está, também, a minirreforma eleitoral, que mexe bastante com a questão dos gastos com campanha. (...) Portanto, apelo também ao Sr. Presidente da República no sentido de que essa lei seja sancionada o mais rápido possível , a fim de que possamos ver clareado o caminho normativo das eleições de 2006.	O PL nº 5855/2005, que deu origem à Lei nº 11.300 foi votado nominalmente. Dentre os três Deputados do PSC que votaram, somente o autor do discurso favorável votou “sim”. Os demais deputados votaram contrariamente, demonstrando haver dissenso no partido sobre a questão.

3271	Partido da Frente Liberal (PFL)	Art. 2º, da Lei 10892/2004 (dispõe sobre a CPMF)	Dep. Murilo Zauith (PFL-MS)	<p>“Os bancos ficam autorizados a cobrar tarifas dessa conta de investimentos. Se o Governo abre mão da CPMF, aparece o banco cobrando esses valores da conta de depósito para investimento.</p> <p>O PFL tem posição clara sobre a matéria e recomenda o voto contrário, se o Relator não acatar a proposta do partido de retirada da cobrança, pelos bancos, de tarifa nessa conta de depósito para investimento”.</p>	Os Deputados do partido se manifestaram contra um ponto específico do projeto de lei, não coincidente com a questão mais tarde judicializada.
			Dep. Rodrigo Maia (DEM-RJ)	<p>Então, nós, do PFL, temos posição fechada. Não temos condições de votar a matéria, se não ficar proibida a criação de tarifa para administrar a conta investimento. Somos radicalmente favoráveis à medida provisória no mérito, ao acabar com a tributação entre a conta "a" e "b" de investimento. Agora, deixar uma janela aberta para o banqueiro se apossar de uma receita que era do Governo? Claro que ele pode transferir a tarifa. Sabemos disso. Agora, não deixar claro que o Governo abre mão de uma contribuição, e que isso pode virar tarifa, é um erro que todos estaremos cometendo nesta tarde</p>	
3173	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	Lei nº 10.843/2004 (fruto da conversão da MP 136/2003), que transforma o CADE em Autarquia	Dep. Custódio Mattos (PSDB-MG)	<p>“Trata-se aqui da discussão de uma preliminar de constitucionalidade. Ficou claramente demonstrado pelo brilhante relatório do Deputado Sebastião Madeira — e o Supremo Tribunal Federal já decidiu questão idêntica levantada pelo PT no passado — que medida provisória não pode criar cargos temporários para as atividades-fim dos órgãos federais. Isso já foi decidido. Se aprovarmos essa medida provisória, aprovaremos uma matéria já declarada explicitamente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal”.</p>	Argumentos consentâneos com os apresentados na petição inicial da ADI
			Dep. Alberto Goldman (PSDB-SP)	<p>“[O governo do PT] Tentou fazer contratações temporárias para funções permanentes, exatamente o mesmo que se tenta fazer agora: contratações temporárias para funções</p>	

				permanentes; funções técnicas, sim, mas permanentes, do quadro do CADE. Essa medida provisória que o Governo anterior julgava possível foi derrubada por uma representação do PT e uma decisão da Justiça”.	
3112	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	Totalidade da Lei federal nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), alterada pela MP 157/2003	Dep. Nelson Marquezelli (PTB-SP)	Embora a Medida Provisória n.º 157, de 2003, tenha trazido um abrandamento ao inciso IV, de forma a conceder porte de arma aos integrantes das Guardas Municipais, quando em serviço, nos Municípios com mais de 50 mil e menos de 500 mil habitantes, consideramos que a restrição mantida aos guardas municipais é, ainda, considerável e mesmo demasiada	As exemplo dos discursos colacionados, os Deputados do PTB só contestaram a questão do porte de arma pelas Guardas Municipais. A ADI, porém, foi embasada em diversos outros pontos não levantados na discussão legislativa.
			Dep. Luiz Antonio Fleury (PTB-SP)	Portanto, parece-me que esta medida provisória resolve parcialmente o problema. Vou votar favoravelmente à emenda apresentada pelo Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que sugere eliminar o limite de 50 mil habitantes. Como sabemos, ao lado de uma grande cidade, existem várias pequenas cidades. E, se a grande cidade tem Guarda Municipal armada, os bandidos vão praticar crimes na pequena cidade, onde se proíbe que estejam armados os guardas municipais. Isso já está acontecendo em São Paulo	
3102	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	Artigo 6º, III e IV, da Lei 10826/2003 (Estatuto do Desarmamento)	Dep. Custódio Mattos (PSDB-MG)	“Por isso, o PSDB resolveu fazer uma emenda supressiva dos parágrafos que trazem o referendo como condição para que seja proibida a comercialização. Significa dizer que, se aprovado o destaque supressivo do PSDB, a proibição de comercialização de armas será imediata”,	A ADI, que impugna as restrições ao porte de arma por Guardas Municipais, foi proposta pela diretório municipal de Itu e possivelmente não

					reflete a opinião do partido.
2484	Partido Comunista do Brasil (PC do B)	Arts. da Lei de Diretrizes Orçamentárias que admitem alterações no orçamento não previstas explicitamente na LOA e no plano plurianual	Dep. Sérgio Miranda (Bloco/PCdoB – MG)	Citarei, entre outros, o problema das agências financeiras oficiais de fomento. Uma das atribuições do Congresso Nacional é definir a política de aplicação de recursos do Banco do Brasil, do BNDES e de outras agências de fomento. Infelizmente, o Congresso não cumpre esse mandamento constitucional. (...) O debate sobre a política econômica centrado na obtenção desses superávits que são oriundos de um dinheiro estéril, feito para ser guardado, que impede o desenvolvimento e o crescimento da economia. Essa discussão vai voltar com bastante força.	O discurso, em nenhum momento, tangencia a questão impugnada na ADI.
2390	Partido Social Liberal (PSL)	Dispositivos da LC 105/2001 (dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras) e totalidade do Decreto 3724/2001 (que regulamenta o art. 6º da LC 105)	-	-	Não foram identificados discursos do parlamentar do partido
2389	Partido Social Liberal (PSL)	Lei 10174/2001, que alterou o art. 11, da Lei 9311/1996 (instituiu a CPMF)	-	-	Não foram identificados discursos do parlamentar do partido
2110	Partido Comunista do Brasil (PC do B)	Artigo 2º da Lei 9876/1999, que introduz as alterações na Lei 8213/1991	Dep. Vanessa Grazziotin (Bloco PCdoB/ PSB)	O governo já tentara em maio último, via decreto que aprovava o Regulamento da Previdência Social, introduzir o limite de idade para o cálculo do valor dos benefícios previdenciários do Regime Geral da Previdência. Diante das críticas generalizadas recuou, mandando republicar o decreto	Não foram identificados discursos. Os trechos em destaque foram

	Partido dos Trabalhadores (PT)			sem se referir a esse limite. Volta agora a investir com essa inconstitucionalidade, para prejudicar ainda mais os segurados da Previdência.	retirados de requerimentos de destaque ou de emendas, com a finalidade de evidenciar que os parlamentares dos partidos autores da ADI manifestaram-se contra o tema perante a Câmara dos Deputados.
	Partido Democrático Trabalhista (PDT)		Dep. Miro Teixeira (PDT-RJ)	“O art. 29 introduz o fator previdenciário que obriga o segurado a trabalhar mais anos para se aposentar, caso contrário sofrerá substanciais reduções em seus proventos. A sua eficácia se fará sentir em sua plenitude para os trabalhadores que ingressarem no sistema a partir da data de sua publicação”.	
	Partido Socialista Brasileiro (PSB)		Dep. José Genoíno (PT-SP)	Portanto, trata-se de um grande engodo, para esconder sob um "cone de sombra" o verdadeiro propósito e objetivo da proposta, que é reintroduzir o requisito de idade mínima penalizando, mais gravemente, as pessoas do sexo feminino e aquelas que ingressaram mais cedo no mercado de trabalho formal. É fundamental, portanto, rechaçar-se essa mudança, que traveste perdas graves em falsas promessas de ganho. Revela uma “opção pelos pobres” que se materializa, efetivamente, em fazer com que todos os segurados acabem equiparando-se mediante um nivelamento por baixo no valor dos benefícios previdenciários pagos pelo INSS.	
1767	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)	Arts. 1º a 6º, da Lei 9601/1998 (dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado)	-	-	O partido não tinha representantes eleitos à época. Por isso, não foram identificados discursos e a ADI foi extinta.
1764	Partido dos Trabalhadores (PT)	artigos 1º a 10, da Lei 9601/1998 (dispõe sobre o contrato de	Dep. Miguel Rossetto (PT-RS)	Sr. Presidente, esse projeto reduz o Fundo de Garantia dos trabalhadores de 8 para 2%. Esse projeto elimina a multa das parcelas rescisórias de 40% sobre o Fundo de Garantia. Esse	Os Deputados dos partidos requerentes foram

	Partido Democrático Trabalhista (PDT) Partido Comunista do Brasil (PC do B)	trabalho por prazo determinado)		projeto elimina o pagamento das horas extras, permitindo que se faça uma jornada semanal de até 60 horas sem a contrapartida das horas extras. Esse projeto deixa de financiar todo o Sistema NS", o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o orçamento do INCRA e as contribuições para o seguro por acidente de trabalho. Esse projeto cria a instabilidade nas relações de trabalho. Esse projeto desestimula o processo de aperfeiçoamento de formação profissional. Esse projeto retira instrumentos poderosos de distribuição de renda no País.	severamente críticos ao PL 1724/1996.
			Dep. Inácio Arruda (PCdoB-CE)	O argumento do Governo para a apresentação desse projeto é o de que ele, como uma varinha de condão, vai gerar emprego no nosso País, diminuindo o que chamamos de Custo Brasil a partir do custo da mão-de-obra. Ora, Sr. Presidente, o pagamento pela hora trabalhada no Brasil é um dos menores do mundo. Pagamos 2.5 dólares pela hora trabalhada neste País. Dizer que para ampliar as vagas no mercado de trabalho temos de retirar da legislação trabalhista conquistas importantes dos trabalhadores é querer ludibriar este Plenário.	
			Dep. Silvio Abreu (PDT-MG)	Sr. Presidente, o PDT entende que essa proposta coloca mais uma vez o Brasil na contramão da História. Mais uma vez tentam confiscar direitos dos trabalhadores conquistados muitas e muitas vezes por meio de grandes movimentos sociais, grandes mobilizações comunitárias	
1649	Partido Comunista do Brasil (PC do B)	Arts. 64 e 65 da Lei 9478/1997, que dispõe sobre a política energética nacional.	Dep. Miguel Rossetto (Bloco/PT-RS)	Minha posição, a posição do Partido dos Trabalhadores, é que o substitutivo não responde a essas questões, não é capaz de construir uma nova regulamentação que assegure a autonomia do País na definição das políticas do setor petróleo e muito menos do fortalecimento da Petrobras. Esse substitutivo cria, de forma inaceitável, superpoderes para uma agência na-cional, sem que tenhamos tido tempo de	Argumentos consentâneos com os apresentados na petição inicial da ADI.

	Partido dos Trabalhadores (PT)			construir e consolidar um código de regulamentação da área do petróleo. Esse substitutivo fragiliza a Petrobras e permite sua privatização administrativa. Ele permite a exploração predatória de nossas reservas e, mais do que isso, permite que haja exportação do petróleo daqui retirado.	
	Partido Democrático Trabalhista (PDT)		Dep. Aldo Arantes (Bloco/PCdoB-GO)	No entanto, a proposta aprovada na Comissão Especial golpeia profundamente a Petrobras. Como foi dito, está-se fazendo a privatização da Petrobras por dentro. Isso é o mesmo que transformá-la numa Holding de papel. Sabemos, entretanto, que a alteração do conceito de jazida introduzida pelo relatório modifica o dispositivo constitucional, porque o texto menciona que jazida é o reservatório ou depósito já identificado e passível de ser posto em produção. Portanto, está claramente estabelecido que não serão consideradas jazidas as reservas ainda não descobertas. Isso é um crime contra a Nação brasileira. Por outro lado, cria-se a Agência Nacional de Petróleo, que esvazia completamente a Petrobras, que retira o papel do Estado na questão do petróleo sob o falacioso argumento de dar à sociedade o controle da Agência. Isso é piada.	
	Partido Socialista Brasileiro (PSB)		Dep. José Maurício (Bloco/PDT-RJ)	O que quer o Governo FHC? Quer competir na globalização ou vender aquilo que nos permitiria amanhã competir? Não, Sr. Presidente, Srs e Srs. Deputados. Na verdade, este substitutivo, emendado pela segunda vez, representa um ultraje, uma ofensa ao direito e à soberania do nosso País. (...)Sr. Presidente, apelo de peito insuflado e de coração genuflexo para os sentimentos patrióticos dos integrantes desta Casa, para que digam não ao substitutivo que trai, renega e sacrifica cada vez mais o povo brasileiro	
1491	Partido Democrático	Dispositivos da Lei 9295/1996, que dispõe	Dep. José Genoíno (PT – SP)	Tratar essa matéria da maneira como estamos fazendo não é o caminho mais adequado para enfrentarmos a discussão	Os Deputados do partido se

	Trabalhista (PDT)	sobre os serviços de telecomunicações		<p>com base em normas sobre a relação do Estado com a iniciativa privada na área de telefonia celular.</p> <p>Em primeiro lugar, há o aspecto regulamentador do Estado e o aspecto fiscalizador, na própria concessão em si. Um outro aspecto é a relação das empresas estatais com as empresas privadas nesse processo. Aí vão ser exigidas do Congresso Nacional mudanças na função e no papel dessas empresas estatais, para que, em um processo de concorrência e parceria com as empresas privadas, não sejam elas submetidas a uma situação de subalternidade.</p> <p>Outra consideração, Sr. Presidente, é a relação com o capital estrangeiro. É claro que esta Casa já optou por uma relação de integração com o capital estrangeiro. (...) Para concluir, Sr. Presidente, digo que uma lei que diz respeito ao futuro do País não pode ser votada nas condições em que a Câmara está votando a regulamentação da telefonia celular. Por isso, nossa posição é contrária.</p>	manifestaram contra a lei, mas não manejaram os mesmos argumentos apresentados na ADI.
	Partido dos Trabalhadores (PT)		Dep. Silvio Abreu - (PDT – MG)	<p>Hoje, o que pretendem é tão-somente uma regulamentação parcial, superficial, sem qualquer profundidade, para atender apenas àqueles segmentos mais lucrativos, àqueles filões da telefonia, sobretudo da celular. A regulamentação global, necessária e indispensável, imposta e exigida pela própria emenda constitucional, passa inteiramente despercebida, ela não é examinada, nem ao menos proposta.</p> <p>Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito mais grave é a reverência total e ilimitada ao capital estrangeiro, que aqui haverá de se aportar para estabelecer o comando total, integral e inarredável de todo esse sistema da telefonia.</p>	
1485	Partido dos Trabalhadores (PT)	Lei 9292/1996 (dispõe sobre a remuneração dos membros dos	-	-	Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas

	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e das sociedades de economia mista federais).			Comissões, nos termos do art. 24, II, do RICD. Por isso, não foram proferidos discursos em Plenário.
1419	Partido Liberal (PL)	Dispositivos da Lei 9264/1996 (dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da Carreira Policial Civil do Distrito Federal)	-	-	Não foram identificados discursos dos parlamentares do partido
1393	Partido dos Trabalhadores (PT)	Lei nº 9163/1995, que autoriza a criação de subsidiárias da ELETROBRÁS	Dep. Fernando Ferro (PT-PE)	“(…) esta Casa tem para apreciar projeto de lei que nos foi encaminhado com uma exposição de motivos que tem menos de dez linhas e refere-se a um patrimônio em tomo de 6,6 bilhões de reais que evidentemente será alvo de um processo de venda. Como se espera procedimento que tenha o mínimo de seriedade, esta Casa se debruça sobre este projeto e procura compreender o que está embutido em seu conteúdo. A declaração prestada há pouco pelo Deputado do José Carlos Aleluia de que a iniciativa do Governo visava sanear uma parcela da Light para permitir um processo de privatização, fala por si só. Trata-se do velho discurso que tem sido trazido para à sociedade brasileira sobre a importância do processo de privatização e que expõe um procedimento verdadeiramente absurdo: saneará uma em presa para permitir sua venda, enquanto o Estado, o cidadão contribuinte, arca com os prejuízos; a velha lógica de privatizar! o lucro e estatizar os prejuízos”.	Argumentos consentâneos com os apresentados na petição inicial da ADI

			Dep. Milton Temer (PT-RJ)	O PT do Rio de Janeiro chama a atenção dos Parlamentares, principalmente os do nosso Estado para o voto que darão hoje. Entregarão a Light para o sistema privado (a água que bebemos), sem que, em nenhum momento, tivéssemos discutido o controle regulamentador que existirá sobre essa empresa para que, caso fosse estatizado - isso foi dito explicitamente pelo bravo Ministro Shigeaki Ueki - evitasse a perda da qualidade de seus serviços. Evidentemente, com este encaminhamento, Sr. Presidente, o PT vota pela salvação do patrimônio e pela honra e dignidade do Rio de Janeiro. Vota "Não".	
1355	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	Artigos da Lei 9100/1995 que preveem que o registro de candidatos deve ser proporcional ao tamanho da bancada na Câmara	Dep. Wilson Braga (PDT-PB)	Em que pese a urgência de se votar a Lei Eleitoral, uma vez que deverá estar sancionada antes do próximo dia 3 de outubro entendemos que sua aprovação, considerando-se os procedimentos contidos nos dispositivos autorizados pelo projeto (...) estimula a fraude, a corrupção e o desrespeito à Carta Magna (...).Entre os temas polêmicos contidos no projeto, destacamos os seguintes: a) manutenção dos limites de doações para a eleição presidencial e municipal em 2% da receita bruta das empresas ou 10% dos rendimentos de pessoas físicas, ensejará aos grandes empresárias, quer da construção civil, indústria ou comércio, o "patrocínio" de múltiplos de candidatos; b) questionável também é a desconsideração para os gastos de campanha quando decorrentes de prerrogativas de mandato, de tal forma que parlamentares candidatos a prefeito poderiam utilizar-se da gráfica da Câmara ou do Senado para a impressão de material de campanha; c) há, ainda, a salvaguarda da quota de 20% de candidaturas femininas, que poderá vir a ser interpretada pelos Ministros do TSE como uma ingerência irresponsável de Lei Ordinária em matéria cuja definição caberia à Constituição federal; d) o retorno dos shows nos programas	Os Deputados do partido se manifestaram contra a lei, mas não manejaram os mesmos argumentos apresentados na ADI

				eleitorais; e) os partidos indicarem os mesários, cuja prática inviabilizará o controle e fiscalização das inúmeras fraudes que certamente advirão de tal prerrogativa; f) o fim da exigência dos candidatos declararem seus bens, brecha inconcebível, que permitirá a cooptação de candidaturas por grandes empresários com o escopo de lograr alcançar seus intentos pessoais ou corporativos; g) a permissão dos candidatos colarem material de propaganda eleitoral em áreas públicas, prática abominável que vínhamos tentando estirpar das campanhas, pois que suja e polui visualmente as cidades, entre outras.	
1354	Partido Social Cristão (PSC)	Dispositivos da Lei Federal nº 9096/1995	-	-	Não foram identificados discursos dos parlamentares do partido
1351	Partido Comunista do Brasil (PC do B) Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Democrático Trabalhista (PDT)	Dispositivos da Lei Federal nº 9096/1995	Dep. Agnelo Queiroz (PCdoB – DF)	Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o projeto que estamos discutindo é tão "democrático" que restringe a participação de vários setores da sociedade e a liberdade de organização partidária. Este projeto é tão "democrático" que não toca sequer no abuso do poder econômico nas eleições em nosso País. Pelo contrário, reforça o financiamento por empresas particulares, por pessoas jurídicas. Este projeto é tão "democrático" que restringe o acesso de vários segmentos da sociedade à televisão, privilegiando apenas os grandes partidos. Este projeto é tão "democrático" que o acesso ao Fundo de Participação Partidária, é garantido em apenas 1% àqueles que não atingiram os 5% de votos da cláusula de barreira, e em 99% aos demais partidos. Este projeto é um verdadeiro "samba do crioulo doido", pois impede as coligações partidárias nas eleições proporcionais, impossibilitando as coligações majoritárias em nível	Argumentos consentâneos com os apresentados na petição inicial da ADI

Partido Socialista Brasileiro (PSB) Partido Verde (PV) Partido Liberal (PL) Partido Social Democrático (PSD) Partido Popular Socialista (PPS)				nacional. Ele engessa todo o Brasil, como se a mesma coligação tivesse de ocorrer em todos os Estados da Federação, quando nosso País é heterogêneo e não comporta um tipo de ação como essa	
			Dep. Padre Roque (PT – PR)	Um dos aspectos que mais me chama atenção é a cláusula de balreira, que, se aprovada da forma como está, vai fazer com que grupos e segmentos que têm realmente contribuído para a democratização deste País e para manter alto o facho da democracia no seio da população como um todo sejam alijados do processo eleitoral num futuro próximo. Gostaria de protestar neste instante contra a inclusão de tal item. O segundo ponto que gostaria de abordar neste instante é o de que estamos novamente dando um passo para trás em relação à fidelidade partidária.	
			Dep. Matheus Schmidt (PDT-RS)	Todavia, há dispositivos que, a meu ver, não passariam por um exame acurado daquela Comissão [<i>de Constituição e Justiça</i>] quanto à constitucionalidade. Sr. Presidente, refiro-me, por exemplo, à exigência que se faz de registro do programa do partido tanto no Registro Civil quanto no Tribunal Eleitoral. Essa não é uma exigência constitucional. (...) Sr. Presidente, esse projeto de lei é profundamente antidemocrático, porque restringe onde não deveria restringir - ou seja, no tocante à liberdade que tem o povo brasileiro de se organizar em partido e de votar num partido(...). Por isso, a chamada cláusula de barreira é um absurdo, no regime democrático, e não deve prevalecer.	
			Dep. Sérgio Arouca (PPS-RJ)	[O projeto de lei] tenta impedir exatamente o surgimento dos novos para a manutenção e cristalização dos atuais partidos (...). Em primeiro lugar, define-se um percentual de 5%, como se a democracia pudesse ser definida por porcentagem. Talvez amanhã um outro partido com eventual maioria passe isso de 5 para 10% e, quem sabe, mais adiante para 15%, até	

				se chegar a um partido único. Definir a liberdade e a democracia por porcentagem, como o faz essa lei, mais que autoritarismo, é autoritarismo medíocre. Em segundo lugar, Sr. Presidente, essa história de proibir coligação é tratar partido político como débil mental. O que deveria ser o Fórum mais maduro' e consciente de uma organização partidária - ou seja, sua convenção - fica proibido pela legislação	
			Dep. Fernando Lyra (Bloco/PSB-PE)	Infelizmente, voto pela obrigação de votar; essa é uma posição inócua. Ninguém faz partido através de legislações casuísticas, a cada momento. Não é hora de se tratar de legislação, nem de código eleitoral. A hora é forte, sim, mas para uma reflexão. Tenho conversado com muitos companheiros, dentro e fora do Parlamento, e ninguém tem a consciência tranqüila do objetivo a ser atingido com essa legislação eleitoral. Portanto, o PSB vota pelo acordo, como não poderia deixar de votar, porque essa lei é inócua para não dizer irresponsável e inconsequente.	
			Dep. Fernando Gabeira (PV-RJ)	O projeto que está em discussão pensa num Brasil com grandes partidos nacionais; num Brasil que até sufoca a possibilidade de uma organização regional (...). Sr. Presidente, há outro ponto que é importante registrar: o projeto em discussão proíbe as coligações e impede que as mesmas se realizem Sr. Presidente, este projeto, se aprovado, será um atraso. Representará a morte de muitos pequenos partidos e, além disso, a morte da esperança dos grandes partidos, pois mostrará que realmente não há mais vida inteligente nos partidos brasileiros, porque eles decidiram que vão crescer antropofagicamente; que não se vão comunicar com a sociedade nem se abrir para ela (...).	

1312	Partido dos Trabalhadores (PT)	Artigos da Lei 9069/1995, fruto da conversão da MP 1027/1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional	Dep. Milton Temer (PT-RJ)	Sr. Presidente, vou encaminhar daqui, porque simbolicamente estamos trabalhando sobre um fato consumado e, evidentemente, existe um limite da operação política que não pode entrar no campo da tentativa do impossível. E a tentativa do impossível seria imaginar que, neste momento, a Casa votaria contra o Plano Real. Mas é fundamental deixar registrado, e para isso ocupamos esta microfone, o que já começa a ser pintado, a ser definido dentro do desdobramento deste Plano. Um plano fundado em dois eixos: uma taxa cambial irreal e uma taxa de juros insustentável em qualquer projeto de desenvolvimento sadio de uma nação.	A inconstitucionalidade arguida em sede de ADI foi meramente formal (a matéria deveria ser regulada em lei complementar). Contudo, os Deputados se mostraram contrários ao Plano Real em seus discursos, embora tenham deixado subentendido que sua oposição de nada adiantaria diante da ampla aceitação do Plano.
			Dep. Ivan Valente (PT-SP)	Sr. Presidente, o Congresso Nacional vota hoje o Plano Real, um ano depois de ser editado. E a primeira questão que temos de registrar aqui é, exatamente, a situação de marginalização em que o Congresso é colocado no processo de discussão dos rumos da economia nacional. Essa Medida Provisória foi 15 vezes editada e estamos aqui, hoje, para homologar e não para discutir, emendar ou colocar rumos na economia brasileira que, sem dúvida, atinge as condições de vida de trabalho de todo o povo brasileiro.	

ANEXO III

Questionário 1 – Advogados internos ou habituais

- 1) Para subsidiar a tomada de decisão a favor ou contra a propositura da ação, os órgãos intrapartidários geralmente produzem relatórios, memorandos ou atas ou a decisão é tomada de forma verbal?
- 2) A ideia de propor uma ação de controle abstrato de constitucionalidade em regra é oriunda de membros partidários ou é comum que o partido seja alertado por atores externos sobre a existência de controvérsia constitucional relevante?
- 3) A quem ou a qual órgão partidário compete a tomada de decisão acerca da propositura da ação?
- 4) Qual(is) o(s) critério(s) levado(s) em consideração para definir se o partido proporá a ação individualmente ou em conjunto com outras agremiações? Nos casos de ações propostas por diversos partidos em coautoria, há, em geral, dificuldade para o atingimento de consenso acerca dos temas a serem impugnados? Em caso afirmativo, tal fato tende a ensejar a desistência da propositura da ação?
- 5) Além da resolução de controvérsia quanto a constitucionalidade de leis ou atos normativos, quais os demais resultados almejados pelo partido com a propositura de ações de controle abstrato?
- 6) Em certos casos estudados, a ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo partido posteriormente perdeu o objeto em virtude da edição de lei ou ato normativo que alterou ou revogou o dispositivo impugnado, eliminando o vício apontado na ação (p. ex, no caso da ADI 5627). Nesse sentido, seria possível afirmar que a propositura de ação de controle, em certas hipóteses, teria como um dos seus efeitos a provocação do Legislativo e/ou do Executivo e a aceleração da tomada de decisão sobre a controvérsia nela apresentada?
- 7) O momento (seja relativo ao calendário eleitoral, seja relativo ao cenário político) é considerado elemento decisivo na deliberação a favor da propositura de uma ação de controle abstrato de constitucionalidade ou, ao revés, os possíveis impactos futuros das

ações são mais relevantes (sobretudo considerando o longo tempo de tramitação e a impossibilidade de desistência)?

8) Previamente ao ajuizamento da ação de controle abstrato de constitucionalidade, os responsáveis pela tomada de decisão avaliam os impactos que referida ação terá sobre a opinião pública? Em caso afirmativo, seria possível apontar que é mais relevante ao partido o atendimento das pautas de seu eleitorado do que a representação dos interesses dos cidadãos como um todo?

9) Um dos efeitos das ações de controle abstrato é incluir o Supremo Tribunal Federal na discussão de tema antes adstrito à esfera política (dos Poderes Executivo e Legislativo). Nesse sentido, indaga-se se, previamente ao ajuizamento da ação, os responsáveis pela tomada de decisão avaliam os impactos que a ação poderá gerar nas relações institucionais entre os Poderes.

10) A quantidade elevada de ações de controle de constitucionalidade propostas por partidos políticos pode ser considerada um indício da insuficiência dos mecanismos de participação e de oposição à disposição dos pequenos e médios partidos no âmbito dos poderes políticos?

ANEXO IV

Questionário 2 – Advogados signatários de ações esporádicas

1.

De que forma ocorreu a aproximação com o partido político subscritor da ação?

2. (Responder “A” ou “B”)

A) Caso o contato com o partido subscritor tenha ocorrido por iniciativa sua ou da instituição a que pertence ou representa, indaga-se:

- (i.) Qual(is) critério(s) orientou(aram) a opção pelo partido subscritor? Além do partido que efetivamente subscreveu a ação, houve contato com outras agremiações?
- (ii.) Os membros partidários com quem foi estabelecido contato demonstraram ser relevante a congruência entre o objeto da ação e as pautas defendidas pela agremiação?
- (iii.) Houve alguma exigência ou condicionante apresentada pelos membros do partido político previamente à subscrição da ação?
- (iv.) A propositura da ação de controle de constitucionalidade era o único meio disponível para alcançar os objetivos almejados? Em caso negativo, por que se optou por essa forma de discussão do tema?
- (v.) Caso houvesse uma confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional cujas atividades fossem diretamente relacionadas com o tema discutido na ação de controle de constitucionalidade, seria preferível propô-la por intermédio destes ou haveria vantagem no ajuizamento da ação por intermédio de partidos políticos?

OU

B) Caso o primeiro contato tenha advindo dos membros partidários, quais motivos você considera que foram determinantes para sua escolha/de sua instituição para a elaboração da ação?

3.

Os dirigentes partidários ou os advogados internos do partido participaram do processo de elaboração da petição inicial (seja com a apresentação de ideias, seja colaborando com a redação ou ainda revisando a peça)?

4.

Além da elaboração da petição inicial, também ficou sob responsabilidade sua ou da instituição a que pertence o acompanhamento posterior da ação?

5.

A partir de sua experiência, você considera que as ações de controle abstrato de constitucionalidade são um instrumento indispensável de canalização do interesse público?

ANEXO V

Votações para a Câmara dos Deputados (1994 a 2014)

Partido ⁱ e ano de fundação ⁱⁱ	Ano das eleições	Total de eleitos ⁱⁱⁱ	Porcentagem de deputados eleitos ^{iv}
Partido Popular Socialista (PPS) 1992	1994	2	0,38
	1998	3	0,58
	2002	15	2,92
	2006	22	10,32
	2010	12	2,33
	2014	10	1,94
Partido Comunista do Brasil (PCdoB) 1988	1994	10	1,94
	1998	7	1,36
	2002	12	2,33
	2006	13	2,53
	2010	15	2,92
	2014	10	1,94
Partido dos Trabalhadores (PT) 1982	1994	49	9,55
	1998	59	11,5
	2002	91	17,7
	2006	83	16,17
	2010	86	16,76
	2014	68	13,25
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) 2005	2006	3	0,58
	2010	3	0,58
	2014	5	0,97
Partido Socialista Brasileiro (PSB) 1988	1994	14	2,72
	1998	18	3,5
	2002	22	4,28
	2006	27	5,26
	2010	35	6,82
	2014	34	6,62
Partido da República (PR) 2006	2010	41	7,99
	2014	34	6,62
Partido Social Democrático (PSD) 2011	2014	36	7,01
Partido Social Democrático (PSD) 1987-2003	1994	3	0,58
	1998	3	0,58
	2002	4	0,77
Solidariedade (SD) 2013	2014	15	2,92
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) 1997	1998	0	0
	2002	0	0
	2006	0	0
	2010	2	0,38
	2014	1	0,19
Partido Social Liberal (PSL)	1998	1	0,19
	2002	1	0,19

1998	2006	0	0
	2010	1	0,19
	2014	1	0,19
Partido Verde (PV) 1993	1994	1	0,19
	1998	1	0,19
	2002	5	0,97
	2006	13	2,53
	2010	13	2,53
	2014	8	1,55
Partido Progressista (PP) (2003) / Partido Progressista Brasileiro (PPB) 1995	1998	60	11,69
	2002	49	9,55
	2006	41	7,99
	2010	44	8,57
	2014	38	7,40
Partido Social Cristão (PSC) 1990	1994	3	0,58
	1998	2	0,38
	2002	1	0,19
	2006	9	1,75
	2010	17	3,31
	2014	13	2,53
Partido Humanista da Solidariedade (PHS) 1997	2002	0	0
	2006	2	0,38
	2010	2	0,38
	2014	5	0,97
Partido Trabalhista Cristão (PTC) 1990	1994	0	0
	1998	0	0
	2002	0	0
	2006	3	0,58
	2010	1	0,19
	2014	2	0,38
Partido da Mobilização Nacional (PMN) 1990	1994	4	0,77
	1998	2	0,38
	2002	1	0,19
	2006	3	0,58
	2010	4	0,77
	2014	3	0,58
Partido Republicano da Ordem Social (PROS) 2013	2014	11	2,14
Partido Republicano Progressista (PRP) 1991	1994	1	0,19
	1998	0	0
	2002	0	0
	2006	0	0
	2010	2	0,38
	2014	3	0,58
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) 1989	1994	58	11,3
	1998	99	19,29
	2002	70	13,64
	2006	66	12,86
	2010	54	10,52
	2014	54	10,52
Partido Social Democrata Cristão (PSDC)	1998	0	0
	2002	1	0,19

1995	2006	0	0
	2010	0	0
	2014	2	0,38
Democratas (DEM) / Partido da Frente Liberal (PFL) 1986	1994	88	17,15
	1998	105	20,46
	2002	84	16,37
	2006	65	12,67
	2010	43	8,38
	2014	21	4,09
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) 1981	1994	100	19,49
	1998	83	16,17
	2002	75	14,61
	2006	89	17,34
	2010	78	15,20
	2014	65	12,67
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) 1981	1994	30	5,84
	1998	31	6,04
	2002	26	5,06
	2006	22	4,28
	2010	22	4,28
	2014	25	4,87
Partido Liberal (PL) 1988-2006	1994	14	2,72
	1998	12	2,33
	2002	26	5,06
	2006	23	4,48
Partido Democrático Trabalhista (PDT) 1981	1994	34	
	1998	25	4,87
	2002	21	4,09
	2006	24	4,67
	2010	27	5,26
	2014	20	3,89
Partido Trabalhista Nacional (PTN) 1997	1998	0	0
	2000	0	0
	2002	0	0
	2006	0	0
	2010	0	0
	2014	4	0,77
Partido Social Trabalhista (PST) 1994-2003	1998	1	0,19
	2002	3	0,58
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) 1995	1994	0	0
	1998	0	0
	2002	0	0
	2006	0	0
	2010	0	0
	2014	0	0
Partido Comunista Brasileiro (PCB) 1996	1998	0	0
	2002	0	0
	2006	0	0
	2010	0	0
	2014	0	0
Partido Ecológico Nacional (PEN)	2014	2	0,38

2012			
------	--	--	--

ⁱ O Partido Rede Sustentabilidade não consta na tabela porque só foi registrado em 2015, motivo pelo qual não participou das eleições para a Câmara dos Deputados entre os anos de 1998-2014. Os dois deputados atualmente integrantes da sigla (Miro Teixeira e João Derly) migraram para ela após sua criação, tendo sido eleitos por outros partidos.

ⁱⁱ Os dados relativos ao ano de fundação dos Partidos foram obtidos no site do Tribunal Superior Eleitoral no seguinte endereço: <http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos>. Acesso em 20/08/2018.

ⁱⁱⁱ Fontes: Repertório Biográfico da 50ª Legislatura (1994-1999) e Câmara dos Deputados. Sítio eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/bancadas/bancada-na-eleicao>. Acesso em 20/08/2018.

^{iv} Vale ressaltar que o número de eleitos levou em consideração apenas as votações para a Câmara dos Deputados, porém não reflete a representação do partido ao longo de toda a legislatura, que varia de acordo com as migrações partidárias.